

Educação

A palavra aos partidos

CONFª IMPRENSA
"ABERTURA DO ANO LETIVO"

Pág. 3



EDITORIAL

António Lucas

Eleições Regionais, IMI e Outras Coisas Mais

A É usual ouvirmos um discurso dos partidos do arco do poder no sentido de muitas realizações ficarem no papel porque o tempo de permanência no poder é reduzido, ou de não conseguirem produzir reformas estruturais porque não tiverem tempo. Nos Açores, o PSD governou durante duas décadas e o PS também já concretizou este feito e, provavelmente, irá superar o record do PSD. Se nos deslocarmos para o arquipélago da Madeira, verificaremos que duas gerações de madeirenses apenas conheceram uma força política no poder naquele arquipélago.

Ao constatararmos este facto, fica-nos a impressão de que a duração dos mandatos, decididamente, não é um fator inibidor de reformas estruturais, aliás, se recuarmos aos seis anos do mandato de José Sócrates, podemos verificar isso mesmo: reformas estruturais na função pública, nas relações laborais, na segurança social e regimes de aposentação.

E se recuarmos aos últimos quatro anos, verificamos que neste período o país mudou muito, quase sempre para pior! Resumindo, o problema não é a falta de tempo, será, eventualmente, a falta de ideias, de visão e de estratégia!

A terceira semana de setembro foi marcada pelo anúncio do Governo da República de uma espécie de sobretaxa de IMI para imóveis de valor superior a 500 mil euros. A reação da direita radical a este anúncio foi a de que a gerigonça estava a atacar a classe média e a de que ideologicamente queria acabar com a classe média.

Proponho um exercício de memória. A título de exemplo: quem aplicou uma sobretaxa sobre o trabalho? Quem aplicou a referida taxa a partir do ordenado mínimo? Quem alterou os escalões do IRS, no pressuposto de que quem ganhava mil euros era rico? Quantas pessoas que ganham mil euros por mês têm casas de 500 mil euros? Concluindo, será que eles acham que somos acéfalos e desprovidos de memória?!

Por último, ficam os votos de um ano escolar cheio de sucessos pessoais e profissionais e de disponibilidade para a luta, porque sem ela, a luta, seremos sempre derrotados! ●

Se recuarmos aos últimos quatro anos, verificamos que neste período o país mudou muito, quase sempre para pior! Resumindo, o problema não é a falta de tempo, será, eventualmente, a falta de ideias, de visão e de estratégia!



informação.ano xv.nº76.setembro.2016

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Antónia Coelho | Nuno Fonseca |
Manuel Jorge Lobão | Dionísia Violante |
António Dutra | Alice Ferreira | Graça Sousa

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região
Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.250 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do
SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPR:

Gabinete de Recursos e Informação
do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882 872 | fax: 296 882 872
sprasantamaria@gmail.com

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698
spraterceira@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607
spraterceira@spra.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886
spragraciosa@netc.pt

S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c
9850-022 Calheta, São Jorge
tel: 295 416 519 | fax: 295 416 519
spra.sjorge@sapo.pt

FAIAL

R. de S. João nº 38 Fracção B, 1º andar
9900 Horta
tel: 292 292 892 | fax: 292 292 282
sprafaial@sapo.pt

PICO

R. José Martins Garcia
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623 000 | fax: 292 622 023
sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tel/fax: 292 592 976
spra-flores@sapo.pt



Conferência de imprensa

A abertura do ano letivo, o presente, o futuro e as preocupações do SPRA

Recursos humanos e materiais, horários de trabalho, apresentação do registo criminal, compensação pela caducidade de contrato a termo certo, carreira docente, concursos e ainda questionário apresentado pelo SPRA aos partidos nas vésperas das eleições regionais foram temas em foco na conferência de imprensa realizada no passado dia 23 de setembro, pela Direção do SPRA, em Angra do Heroísmo.

Sintetizando as conclusões da reunião da Direção sindical, a nota divulgada aos jornalistas regista que “o presente ano escolar, à semelhança dos anos anteriores, iniciou-se com as colocações atempadas dos docentes contratados na primeira cíclica (horários completos, até ao final do ano escolar)”.

No entanto, esclarece o SPRA, “permanecem situações que são transversais ao sistema educativo regional, como a falta de assistentes operacionais, mal colmatada, de forma rotativa, por programas ocupacionais que não respondem às necessidades permanentes do sistema. Mantém-se, na maioria das escolas, a falta de docentes de apoio, quer porque não foram colocados os docentes requeridos pelas escolas, quer porque, em muitos casos, são desviados para tarefas de substituição.”

O Sindicato alerta ainda para “a falta de verbas para manutenção e melhoramento dos edifícios e aquisição de equipamentos e consumíveis. Persistem, ainda, nas escolas dos centros urbanos, a constituição de turmas que ultrapassam o número de

alunos previsto para as turmas padrão, o que não é aceitável.”

Referindo que “existem turmas com mais de 25 alunos”, o SPRA sublinha: “Com a complexidade inerente ao processo de ensino aprendizagem, como se pode pedir a um professor que leccione com qualidade a turmas com 26...27...28... alunos dentro de uma sala de aula? Qual a necessidade de comprometer, desta forma, a qualidade do ensino e o sucesso escolar, por todos desejado, quando há imensos docentes colocados, pela DRE, com horário incompleto?”

Horários de trabalho

Quanto aos horários de trabalho, segundo o SPRA, “há interpretações abusivas da Lei, no que diz respeito à permanência no estabelecimento de ensino de docentes que usufruem de redução da componente letiva por antiguidade e que são obrigados à permanência no estabelecimento em trabalho direto com alunos, o que contraria, claramente, a intenção do legislador, ao consagrar a redução em apreço, pelo desgaste físico e psíquico da profissão.”



A Direção do SPRA considera, ainda, urgente a resolução de dois problemas que afetam os docentes neste arranque de ano letivo: registo criminal e compensação pela caducidade de contrato a termo certo.

Apresentação do registo criminal

O SPRA compreende as razões subjacentes a esta exigência, mas sempre se manifestou “contra os procedimentos administrativos impostos pela tutela.” No Continente, no âmbito do SIMPLEX, e na sequência da intervenção da FENPROF e dos seus sindicatos, este processo administrativo já está simplificado e é gratuito, através da plataforma eletrónica SIGRHE.

Em tempo útil, o SPRA alertou para que procedimentos idênticos fossem adotados na Região, facto que, até à data, não está, ainda, concretizado, embora já haja compromisso por parte da SREC, para com o SPRA, de resolver esta situação. Foi, inclusivamente, adiantado que já estão a decorrer negociações entre o MEC e a Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores nesse sentido e que iriam ser dadas instruções às escolas para suspender os procedimentos com este assunto relacionados, enquanto a situação não estiver regularizada.

Compensação pela caducidade de contrato a termo certo

O SPRA alerta ainda para outro problema, que configura uma clara discriminação relativamente aos restantes trabalhadores da função pública, do setor privado e, relativamente aos outros docentes do restante território nacional, uma vez que a compensação pela caducidade de contrato a termo certo só tem lugar se o contrato seguinte ocorrer no ano civil seguinte. Este problema prende-se com a existência de regimes diferenciados para o acesso à compensação pela caducidade

de contrato, com claro prejuízo para os docentes da Região. Aliás, sobre este assunto, aquando da aprovação do Orçamento Regional de 2016, ele foi denunciado pelo SPRA, tendo esta estrutura sindical recorrido ao Representante da República, na tentativa de expurgar esta norma do Orçamento Regional.

No mesmo sentido, o PCP Açores apresentou uma iniciativa legislativa, no corrente mês, tendo em vista a correção desta injustiça, que foi, lamentavelmente, chumbada no Parlamento Regional.

O SPRA, logo no início da próxima legislatura, continuará a exigir, junto dos partidos que formarão o novo quadro político na Assembleia Legislativa Regional (ALRA), “a correção desta situação retroativamente a 1 de setembro de 2016”.

Carreira docente

No âmbito da carreira docente, o SPRA irá disponibilizar aos docentes da Região, por via eletrónica, no seu sítio da internet, um simulador de progressão na carreira,

baseado no pressuposto anunciado pelo Governo da República de que o tempo de serviço será descongelado em janeiro de 2018.

Como refere o SPRA, o simulador permitirá aos docentes compreender que, face aos congelamentos e regimes transitórios nas carreiras ocorridos depois de 2006, na sua esmagadora maioria, não terão tempo de vida profissional útil para chegar ao topo da carreira, nem aos seus últimos escalões. O simulador tem como objetivo consciencializar os docentes para a sua real situação face a uma carreira prometida e não concretizada, bem como a sua mobilização para futuras lutas a serem realizadas tendo em vista reposicionamentos na carreira e recuperação do tempo de serviço congelado.

O SPRA exige, na próxima legislatura, a abertura de um processo negocial para a recuperação do tempo de serviço congelado e consequente reposicionamento dos docentes na carreira.

Concursos do pessoal docente

O recrutamento do pessoal docente, pelas implicações que tem na vida pessoal e profissional dos docentes, constitui um assunto de grande importância para estes profissionais. Nesta matéria, o SPRA defende os concursos anuais e centralizados. Aliás, nesta matéria, o SPRA tem já o compromisso do atual Presidente do Governo Regional dos Açores, e dos partidos com assento na ALRA, após intervenção do SPRA, de que a Região voltará a ter concursos interno e externo anuais, já a partir do presente ano letivo.

Questões apresentadas pelo SPRA aos partidos políticos

Por último, uma nota informativa sobre um conjunto de questões elaboradas

Aplicação Informática

O Sindicato dos Professores da Região Açores disponibiliza a aplicação SPRA INFO, de forma gratuita, a todos os docentes, para dispositivos android. SPRA INFO pode ser descarregada através da play store do Google.

O SPRA é o primeiro sindicato a oferecer uma aplicação deste género, pretendendo inovar e aproximar-se ainda mais dos docentes.

Ao instalar a aplicação, é possível levar à palma da mão de cada Professor e Educador o conhecimento necessário e atualizado, indispensável para se estar bem informado sobre a atividade sindical, legislação e notícias.

Esta aplicação integra, também, um sistema de alertas e notificações, ao nível de transmissão de informação do SPRA para os docentes. Permite, ainda, contactar o SPRA de forma rápida, utilizando o sistema de e-mail ou chamada telefónica. ●



www.acorianooriental.pt/noticia/sindicato-de-professores-critica-existencia-de-turmas-com-mais-de-25-alunos-nos-acores

pelo SPRA relativas ao Sistema Educativo Regional, nomeadamente gestão escolar, carreira docente, horários de trabalho, concursos, intervenção precoce....

As questões colocadas, bem como as respostas dos partidos, são publicadas no órgão de informação do SPRA – SPRA INFORMAÇÃO (ver nesta edição).

O objetivo do Sindicato com esta iniciativa, “aliás, semelhante à registada há quatro anos, é dar a conhecer aos seus associados as respostas dos partidos com assento na ALRA às questões levantadas pelo SPRA e que são, simultaneamente, reivindicações desta estrutura sindical, como a manutenção e o aprofundamento da gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, a anualidade de todos os concursos do pessoal docente e a uniformização de horários de trabalho e das reduções da componente letiva, entre outras”.

106 | REGIÃO

24 SET 2016 DIÁRIO INSULAR

DEJUNIA SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES

Há mais de 200 turmas com mais de 25 alunos



SPRA Sindicato apontou falhas ao arranque do novo ano letivo

Há turmas demasiado grandes e faltam docentes de apoio e assistentes operacionais nas escolas. São apenas algumas das denúncias do SPRA.

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) denunciou, ontem, a existência de mais de 200 turmas com mais de 25 alunos na região, acrescentando que faltam também assistentes operacionais e docentes de apoio nas escolas. “Qual a necessidade de comprometer, desta forma, a qualidade do ensino e o sucesso escolar, por todos desejado, quando há imensos docentes colocados com horário incompleto?”, questionou o presidente do sindicato, em conferência de imprensa. Segundo António Lucas, a falta de assistentes operacionais está a ser “colmatada de forma rotativa por programas ocupacionais que não respondem às necessidades permanentes do sistema”. Por outro lado, o sindicalista salientou que a maioria das escolas tem falta de docentes de apoio, alegando que muitos “são desviados para tarefas de substituição”. O SPRA denunciou ainda a “falta de verbas para manutenção e melhoramento dos edifícios e aquisição de equipamentos e consumíveis”. António Lucas salientou, por outro lado, que há professores que usufruem de redução da componente letiva por antiguidade e que “são obrigados à permanência no estabelecimento em trabalho direto com alunos”. O sindicato quer ver resolvidas duas questões no arranque do ano letivo: a simplificação dos procedimentos administrativos para a apresentação do registo criminal e a extinção do regime diferenciado para acesso da compensação por caducidade de contrato a termo certo. O SPRA vai adotar medidas de maior proximidade com os seus associados através das novas tecnologias, criando uma aplicação para smartphones (SPRA INFO), em que os docentes poderão ter acesso a informações e contactar o sindicato de forma mais rápida. António Lucas anunciou ainda a disponibilização de um simulador de progressão de carreira no sítio do SPRA na internet para mostrar aos docentes que, “face aos congelamentos e regimes transitórios nas carreiras ocorridos depois de 2006, na sua esmagadora maioria, não terão tempo de vida profissional útil para chegar ao topo da carreira, nem aos seus últimos escalões”.

O SPRA vai adotar medidas de maior proximidade com os seus associados através das novas tecnologias, criando uma aplicação para smartphones (SPRA INFO), em que os docentes poderão ter acesso a informações e contactar o sindicato de forma mais rápida. António Lucas anunciou ainda a disponibilização de um simulador de progressão de carreira no sítio do SPRA na internet para mostrar aos docentes que, “face aos congelamentos e regimes transitórios nas carreiras ocorridos depois de 2006, na sua esmagadora maioria, não terão tempo de vida profissional útil para chegar ao topo da carreira, nem aos seus últimos escalões”.

Educação Especial

Conferência de imprensa em Lisboa

Os problemas da Educação Especial, infelizmente, não são de hoje. A Federação Nacional dos Professores tem vindo a denunciá-los e a exigir, junto das equipas ministeriais, soluções que, porém, não têm surgido, levando ao arrastamento dos problemas. O alerta foi dado na conferência de imprensa realizada no passado dia 23 de setembro, em Lisboa. Lucília Ávila representou o SPRA neste encontro com a comunicação social, em que participaram Mário Nogueira, Secretário Geral; Ana Simões,

coordenadora do Departamento de Educação Especial; Maria de Lurdes Martins (SPGL); Ondina Maia (SPN); José Adelino (SPRC) e Janete Ramos (SPM).

A FENPROF chama a atenção para a necessidade de “serem muito reforçados os recursos disponíveis nas escolas para acompanhar os alunos que passariam a permanecer 60% do tempo letivo na turma, pois a garantia de sucesso de muitos deles não passaria apenas pela redução da turma, necessitando de outros apoios,



tanto de pessoal docente como não docente (assistentes operacionais e terapeutas) e também de algumas ajudas técnicas”.

16 de outubro: os açorianos vão a votos

É tempo de refletir



16 de outubro

foi a data escolhida pelo Presidente da República para as eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Marcelo Rebelo de Sousa tomou essa decisão depois de ter ouvido os partidos representados no parlamento regional. Ao lançar um inquérito aos partidos sobre matérias fundamentais da educação e da situação sócio-profissional dos docentes que trabalham no arquipélago (com destaque para a gestão, carreira e avaliação do desempenho, horários e condições de trabalho, ensino particular, cooperativo e solidário; educação especial e concursos), o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) chama a atenção para quatro aspetos de viva atualidade:

PRIMEIRO

Os últimos quatro anos e meio foram devastadores para a sociedade portuguesa. As medidas impostas pela UE, pelo FMI e pelo BCE, conjugadas com opções políticas do governo português, resultaram no empobrecimento generalizado da população portuguesa, que se consubstanciou na destruição de empregos, no aumento da precariedade, no aumento dos horários de trabalho, na emigração, no aumento da carga fiscal, sobretudo nos impostos sobre o trabalho, mas também, na redução dos serviços do Estado, na redução dos apoios sociais e nos cortes dos vencimentos dos funcionários públicos e das pensões de reforma.

SEGUNDO

O atual Governo da República e a maioria que o sustenta têm tentado inverter alguns desses aspetos, repondo as 35 horas semanais de trabalho, os vencimentos dos funcionários públicos, embora de forma gradual, e as pensões de reforma, bem como eliminando, também gradualmente, a sobretaxa.

O Governo da República parece ter compreendido que a possibilidade de voltarmos a ter estruturas e serviços do Estado novamente funcionais passa pela aceleração da reposição de elementos contratualizados há muito com os seus funcionários. Foi anunciado, na sequência das medidas já referidas, o desbloqueamento do tempo de serviço a partir de janeiro de 2018 e o consequente desbloqueamento das carreiras.

Objetivamente, estamos a falar, no caso dos funcionários públicos, de trabalhadores que, atualmente, têm um rendimento equiparado àquele que tinham há mais de uma década, continuam a ser avaliados e o resultado dessa avaliação apenas tem efeitos penalizadores. Esta situação, a manter-se, torna insustentável o funcionamento de serviços públicos de qualidade e aumenta a desconfiança dos cidadãos, em geral, e dos funcionários públicos, em particular, relativamente ao Estado e ao seu contrato social.

TERCEIRO

Na Região Autónoma dos Açores, apesar de terem sido tomadas algumas medidas de forma a atenuar o impacto das nacionais, o cenário é em tudo idêntico ao do Continente, assumindo que foi no setor da educação aquele em que o distanciamento foi maior, uma vez que não foram tomadas as medidas mais gravosas que levaram ao maior desinvestimento de sempre na escola pública, no pós 25 de Abril de 1974, e que colocaram Portugal na cauda dos países da OCDE, relativamente ao investimento na educação.

Os sucessivos Governos Regionais, sobretudo dos últimos dezasseis anos, criaram um Sistema Educativo Regional, um Currículo Regional do Ensino Básico e renovaram e melhoraram o parque escolar. Como realça o SPRA, o setor da educação foi, sem dúvida, aquele em que a autonomia foi mais além nos desideratos políticos autonomistas e de maior latitude legislativa permitida sobretudo pela última revisão constitucional.

QUARTO

Os principais problemas do sistema educativo regional decorrem do atraso estrutural da Região, para além da ultraperiferia e da descontinuidade geográfica, é importante ter em conta o nosso ponto de partida, ou seja, o 25 de abril de 1974, os Açores já partem atrás da média nacional, no que diz respeito ao acesso à escolarização. Este estigma, alerta o SPRA, foi-se mantendo, mesmo nos períodos de alargamento da escolaridade obrigatória, em 1986 e 2011.

Para este atraso, certamente, contribuem as políticas, em geral, mas, seguramente, o facto de a Região ser muito dependente do setor primário na

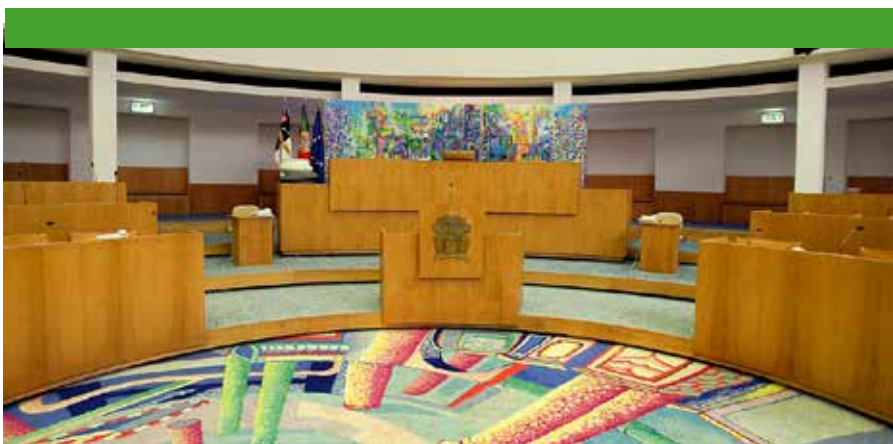
distribuição da população ativa e das próprias fragilidades do seu tecido social. Pensamos que foram feitos avanços significativos no setor da educação, tanto no Continente como na Região, mas que, de uma forma geral, mantivemos a equidistância relativamente ao atraso inicial. Ainda neste sentido, o INE, em 2012, produziu informação estatística sobre os Censos de 2011, relativamente a taxas de escolarização e absentismo escolar dos diversos concelhos do País.

Ao lermos a informação disponível, podemos concluir que, relativamente aos indicadores referidos, o concelho de Ponta Delgada é o que apresenta melhores

resultados nos Açores e está dentro da média nacional e os restantes concelhos de S. Miguel estão na cauda dos Açores e do País. Curiosamente, as taxas de insucesso mais elevadas dos Açores e as percentagens mais elevadas da população dependente de apoios sociais coincidem também com os referidos concelhos, o que nos remete para a questão inicial do atraso estrutural, que se repercute no tempo e que atravessa gerações. A inversão desta situação passa, como sempre, pela melhoria das condições de vida e por uma ação concertada e transversal nas áreas da educação e da ação social, conclui o SPRA. ●

SPRA solicita propostas para a Legislatura 2016/2020

Questões colocadas aos Partidos



1.

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A Região Autónoma dos Açores é a única região do país que mantém os princípios gerais da democracia na gestão e administração escolar, o continente abandonou este modelo em 2008 e a Região Autónoma da Madeira tem um sistema misto. Objetivamente estamos a falar de um modelo com processos eleitorais, colegialidade e decisões participadas versus um modelo de concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, o diretor, que inibe as práticas democráticas colegiais, os processos eleitorais e até a participação dos docentes nas decisões pedagógicas.

A manutenção do atual regime de gestão e administração escolar na Região

Autónoma dos Açores continua a ser, para o Sindicato dos Professores da Região Açores, uma das características mais relevantes do Sistema Educativo Regional e um sinal político de distanciamento da lógica da escola-empresa centrada no órgão executivo unipessoal. Apesar da defesa intransigente do modelo vigente na Região, o SPRA considera que este pode ser melhorado, nomeadamente, com a possibilidade de os Coordenadores de Núcleo da Educação Especial e dos Diretores de Turma deixarem de ser nomeados pelos Conselhos Executivos e passarem a ser eleitos, à semelhança dos restantes coordenadores dos órgãos de gestão intermédia.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar

politicamente um Governo minoritário a apresentar uma iniciativa legislativa no sentido de manter e aprofundar o atual regime de gestão escolar vigente?

2.

DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A presente conjuntura, embora com sinais de melhoria da situação profissional dos trabalhadores da administração central, regional e local, continua com sinais de grandes dificuldades, tanto para quem governa, como para as estruturas sindicais e, seguramente, para os trabalhadores e para as suas famílias. Executar políticas e avaliar trabalhadores, numa época em que se promete pagar, em outubro de 2016, o mesmo vencimento que os trabalhadores auferiam em 2010 e em que as carreiras estão bloqueadas há seis anos e não se vislumbra uma data exata para o seu desbloqueamento não se afigura tarefa simples. Estes são constrangimentos significativos, quer para quem governa, quer para as próprias instituições representativas dos trabalhadores.

O Sindicato dos Professores da Região Açores regista a aproximação geral aos princípios defendidos por esta estrutura sindical, no que diz respeito à orgânica do processo de avaliação do desempenho do pessoal docente e a equiparação da estrutura da carreira do pessoal docente da Região à do continente e a integração da avaliação de desempenho dos Conselhos Executivos no ECD. Contudo, ao verificarmos a conjugação do tempo de serviço congelado com as transições de carreira ocorridas em 2007 e 2016, será fácil concluir que a esmagadora maioria, senão a quase totalidade dos docentes, não terá tempo útil de vida profissional para chegar ao topo da carreira. Para o

SPRA, este alongamento artificial da carreira docente não só desvirtua as carreiras que foram negociadas como também põe em causa as legítimas expectativas dos docentes a uma carreira digna com as respetivas progressões em função da avaliação de desempenho.

Assim, defendemos o desbloqueamento da carreira a 1 de janeiro de 2017, a abertura de um processo negocial tendo em vista a recuperação do tempo de serviço congelado e o reposicionamento de todos os docentes na atual carreira em função do tempo de serviço realizado e avaliado.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o intuito de reposicionar na carreira os docentes que foram sistematicamente prejudicados pelas normas de transição entre as carreiras de 2007 e 2016?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a, no início da legislatura, encetar um processo negocial com vista à recuperação do tempo de serviço congelado?

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

As alterações introduzidas, nesta matéria, ao Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores têm, globalmente, uma avaliação positiva por parte desta estrutura sindical, destacamos as alterações aos horários da Educação Especial, que se uniformizaram nos diversos grupos de recrutamento, e alguma flexibilização no cumprimento do horário de estabelecimento por parte dos docentes dos 2.º, 3.º ciclos do Ensino Básico e Secundário. Ficaram, contudo, por resolver, duas questões de princípio para esta estrutura sindical, a homogeneização dos horários da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico com os restantes ciclos de ensino, bem como das reduções da componente letiva por antiguidade.

O fim do regime especial de aposentação dos docentes em monodocência veio aprofundar a injustiça que representa a discriminação dos docentes destes níveis/ciclos de ensino relativamente aos restantes, no que diz respeito ao acesso às reduções da componente letiva por antiguidade. A oferta curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que, em termos práticos, veio alterar o paradigma da monodocência, veio permitir a possibilidade de se fazer a uniformização dos horários bem como a uniformização das reduções da

componente letiva por antiguidade. No processo negocial do ECD, a tutela bem como no âmbito da CAS, o partido que sustenta o Governo, não foram sensíveis aos argumentos apresentados pelo SPRA.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de proceder à uniformização dos horários docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico com os dos outros ciclos de ensino?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de proceder à uniformização das reduções da componente letiva por antiguidade dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico com as dos outros ciclos de ensino?

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A Região, ao nível das instituições de solidariedade social, apresenta uma disparidade significativa dos horários de trabalho das educadoras que trabalham nestas instituições. Considerando que os vencimentos destas docentes são suportados exclusivamente pelo erário público e considerando que existem docentes com cargos de gestão intermédia que não beneficiam de qualquer gratificação ou redução do horário de trabalho

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo dos docentes em serviço nas IPSS retenham o mesmo horário de trabalho que os seus congéneres do ensino público?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de atribuição de uma gratificação ou redução da componente letiva a estes docentes?

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

O sucesso escolar, em alguns países, provém da implementação de políticas de prevenção em detrimento da remediação, obtendo uma diminuição de custos e um aumento das oportunidades de sucesso das crianças e das suas famílias. Embora, desde 2012, e após um interregno de

cinco anos, a Região tenha regulamentado a intervenção precoce, esta valência educativa mantém ainda fortes lacunas e uma qualidade diversa de ilha para ilha.

O SPRA/FENPROF, no presente ano letivo, elaborou um inquérito sobre a situação da Educação Especial na Região, o referido inquérito cobriu a totalidade das ilhas e cerca de 70% das unidades orgânicas. A principal lacuna referida foi a falta de colocação de recursos humanos (docentes especializados, psicólogos, terapeutas da fala, técnicos de educação especial e reabilitação, entre outros), para garantir a quantidade e a qualidade do apoio previsto nos projetos educativos individuais dos alunos com necessidades educativas especiais.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de reforço dos recursos humanos no âmbito da intervenção precoce?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa para o reforço dos quadros técnicos e de docentes especializados nas unidades orgânicas?

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

O recrutamento do pessoal docente, pelas implicações que tem na vida pessoal e profissional dos docentes, constitui um assunto de grande importância para estes profissionais. Nesta matéria, o SPRA defende os seguintes princípios:

1. Concursos centralizados;
2. Concurso para mudança de quadro anual;
3. Concurso para ingresso no quadro anual;
4. Concurso de afetação anual;
5. Contratação anual;
6. Impossibilidade de renovação de contratos anuais.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de, no início da legislatura, encetar um processo negocial de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A de 30 de Maio de 2012 (Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário) com vista à reposição da periodicidade anual para todas as fases de concurso (interno, externo, afetação e contratação)? ●

O que os partidos têm para nos dizer



PS – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) O compromisso do PS/Açores é a manutenção do sistema que permite uma gestão democrática das nossas Unidades Orgânicas. O PS/Açores está sempre disponível para, em acordo com os parceiros sociais, encontrar as melhores soluções para o sistema educativo regional.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou, recentemente, alterações nesta matéria, por iniciativa do governo de responsabilidade do PS/Açores.

O PS/Açores estará sempre disponível para melhorar o sistema educativo regional e se tal se mostrar necessário, no entanto, qualquer alteração que no futuro possa ser feita nesta matéria, em articulação com os parceiros educativos, não pode deixar de ter em conta o enquadramento nacional relativamente às carreiras da função pública.

B) Como é do conhecimento público esta é uma matéria cuja alteração não depende, directamente das competências legislativas da Região. O PS/Açores tendo uma postura responsável e franca, para com os açorianos, sabe que não pode assumir compromissos cujo cumprimento não dependem da Região.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Esse assunto é outra matéria constante no Estatuto da Carreira Docente, documento alterado recentemente, com melhorias reconhecidas pela vossa estrutura sindical. No entanto o PS/Açores está sempre disponível para, em acordo com os parceiros sociais, encontrar as melhores soluções para o sistema educativo regional.

B) A resposta a essa questão é exactamente a mesma que a dada à anterior.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) O compromisso do PS/Açores é garantir que as crianças e jovens dos Açores, os que frequentam o sistema público ou privado, tenham um ensino de qualidade, cada vez mais atual e qualificado. Relativamente aos docentes, o PS/Açores considera-os uma peça essencial para a permanente qualificação do ensino na região. Essa preocupação estende-se ao ensino particular, cooperativo e solidário. Lembramos que foram os governos de responsabilidade do partido socialista que introduziram alterações ao método de recrutamento dos docentes para o ensino privado, nomeadamente a obrigatoriedade de abertura de concursos de horários completos, sempre que possível, e sempre que as instituições sejam subsidiadas por dinheiros públicos.

B) A gestão das instituições de ensino privado, cooperativo e solidário têm uma estrutura e operacionalização próprios pelo que a administração regional tem limitações de intervenção pela própria natureza do tipo de ensino. O PS/Açores considera que esta matéria pode ser debatida em fóruns tripartidos com representantes do sector, dos parceiros e do Governo no sentido de poderem ser encontradas as melhores soluções tendo em conta o objectivo final de melhoria do sistema de ensino dos Açores.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) A intervenção precoce é uma matéria muito cara ao PS/Açores. O mesmo pode ser constatado por tudo o que desenvolvemos nessa área na legislatura que agora finda. Os recursos humanos, docentes e técnicos especializados de várias áreas que, na legislatura que decorreu, temos vindo a integrar nas nossas Unidades Orgânicas e nas múltiplas equipas de acção social demonstram, bastante bem, o empenho e o compromisso que temos para com os Açorianos nesse assunto.

B) Sendo certo que a integração de docentes e de técnicos especializados ao serviço do sistema educativo regional não se faz apenas nos e para os quadros das nossas Unidades Orgânicas, os vários concursos de pessoal docente que decorreram, na legislatura que agora termina, em que passaram aos quadros de escola mais

de 300 docentes, são demonstrativos do cuidado que o PS/Açores tem em integrar os docentes e técnicos especializados necessários, em favor do Projecto colectivo de melhoria global do sistema educativo regional e dos resultados dos nossos alunos, designadamente através da implementação e integração de programas específicos como é o caso do ProSucesso.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) O compromisso de reavaliação do regulamento de concurso do pessoal docente, em particular na questão da reposição da periodicidade anual, foi anunciado pelo presidente do PS/Açores, no encerramento do congresso do PS/Açores. O anúncio feito, a 20 de março, visou não só as matérias elencadas por vós como outras, nomeadamente, a questão da permanência por três anos na mesma Unidade Orgânica. ●



PSD – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) A educação é o pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer região, razão pela qual o PSD/Açores pretende um sistema educativo regional assente no desenvolvimento de uma cultura escolar de cooperação, ajustada às características da região, de modo a promover melhores resultados educativos. Este desiderato assentará em quatro princípios, um dos quais, é certamente o alargamento da autonomia das escolas.

Para o PSD/Açores é necessário atribuir a devida importância aos contextos socioeconómicos no ensino, promovendo estruturas de ensino diferenciadas, que resultem das respostas das escolas à complexidade social e cultural da população; ter escolas mais atentas e cooperantes com as necessidades das comunidades locais. E essa realidade será alcançada, fruto dos contratos de autonomia celebrados com cada escola.

Neste sentido, conforme plasmado no programa eleitoral do Governo 2016, o PSD/Açores assume o compromisso de adotar medidas que visem reforçar a autonomia das unidades orgânicas que consubstancia-se pela transformação do projeto educativo de cada estabelecimento de ensino num plano anual de melhorias, com objetivos e metas quantificáveis bem como definindo ações que possam conduzir à melhoria de resultados educativos. Este reforço de autonomia também passará por envolver os pais e os outros agentes da comunidade em novas abordagens de gestão partilhada associadas ao plano anual de melhorias.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) A escola é encarada como a estrutura privilegiada para a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para um indivíduo se formar como um cidadão ativo e apto a ingressar no mercado de trabalho, pelo que os professores de hoje desempenham um papel fundamental em todo este processo de formação.

Deste modo, o programa eleitoral do PSD/Açores propõe um novo ciclo para o sistema de ensino regional, consciente de que a melhoria dos resultados educativos envolve também a dignificação da condição socioprofissional dos docentes.

Assim, pretende o PSD/Açores suscitar a revisão do processo de transição da anterior para a nova estrutura da carreira, com o intuito de garantir equidade na duração da carreira dos docentes em exercício.

No mesmo sentido, pretende este partido político promover, em tempo oportuno, um processo negocial com vista à recuperação do tempo de serviço congelado, limitado às contingências orçamentais do Governo da República.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Quando se fala na educação é logo dito que é necessário dar prioridade ao investimento público no setor da educação e da formação e encontrar formas mais eficientes de mobilização dos recursos financeiros disponíveis, no entanto, a principal solução para aumentar a eficácia do investimento na educação e na formação reside na melhoria da qualidade da prestação e na prevenção do insucesso escolar.

Assim sendo, o PSD/Açores é do entendimento que na busca de uma utilização mais eficiente dos fundos deve-se privilegiar as primeiras fases da educação, a fim de prevenir o insucesso escolar precoce e as suas consequências na idade adulta.

Proporcionar um ensino pré-escolar de elevada qualidade constitui uma forma de colmatar as desigualdades sociais e promover uma maior igualdade de oportunidades, essencialmente aos mais desfavorecidos.

Neste sentido, lutando por este ideal, este partido considera pertinente analisar a possibilidade de uniformização dos horários dos docentes do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico com os dos outros ciclos de ensino.

Na mesma linha de pensamento, o PSD/Açores compromete-se a analisar a questão da uniformização das reduções da componente letiva por antiguidade dos docentes dos níveis de ensino em causa com os restantes.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) Tendo o PSD/Açores presente a realidade regional quanto à diferenciação da situação profissional entre as educadoras que exercem funções nas instituições de solidariedade social e as suas congéneres do ensino público, quanto ao horário de trabalho e gratificação/redução de horário de trabalho, o PSD/A compromete-se a analisar estas questões na próxima legislatura e suscitar o debate das mesmas em plenário.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

É ideia assente que o PSD/Açores defende o desenvolvimento de uma cultura escolar de cooperação, ajustada às características regionais, tendo por base a melhoria dos resultados educativos.

Por isso, tal como consta elencado no programa do Governo 2016, o PSD/Açores propõe alargar o âmbito de ação dos serviços de psicologia, orientação e intervenção social, recorrendo não só aos técnicos especializados existentes bem como as técnicos de serviço social de serviços locais a deslocar ou a contratar mediante as necessidades; envolvendo também professores com funções sociais alargadas e horários previstos para as mesmas (tutores, mediadores, coordenadores de gabinetes de mediação) e professores de educação especial.

Também apresenta como propostas renovar e capacitar equipas de corpo não docente para a intervenção educativa, elencando cum conjunto de medidas, como também criar um fundo de créditos horários que possam ser atribuídos às unidades orgânicas de funções sociais (de tutoria, mediação, colaboração com equipas de psicologia/orientação e intervenção social) ou apoio pedagógico dos docentes.

Avaliar e, sempre que necessário, reorganizar os recursos humanos e físicos

ligados à educação especial disponíveis em cada município ou ilha é compromisso assumido no programa.

Assim sendo, este partido compromete-se a desenvolver as iniciativas legislativas necessárias a fim de atingir as medidas acima apresentadas.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) É do domínio público que o PSD/Açores pretende estabelecer concursos anuais de contratação docente, de acordo com as necessidades do sistema educativo regional, pelo que entende que se reveja, com a maior brevidade possível, o regulamento de concursos de pessoal docente existente na Região. ●



CDS-PP – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) / B) No âmbito da gestão e administração escolar reconhece que é importante manter os princípios gerais da democracia na Região Autónoma dos Açores, mantendo o atual modelo que assenta nos processos eleitorais, colegialidade e participação dos docentes nas decisões pedagógicas. Todavia encontra-se disponível para introduzir melhorias no atual modelo, nomeadamente com a possibilidade de os Coordenadores de Núcleo da Educação Especial e dos Diretores de Turma deixarem de ser nomeados pelos Conselhos Executivos e passarem a ser eleitos, à semelhança dos restantes coordenadores dos órgãos de gestão intermédia

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) / B) Relativamente ao desenvolvimento da carreira e avaliação de desempenho, atendendo que o tempo de serviço congelado e as transições que se verificaram na carreira dos docentes impedem a grande maioria de em tempo útil de vida profissional atingir o topo da carreira, o CDS-PP encontra-se disponível para abrir um processo negocial com vista a melhorar o reposicionamento da carreira em função do tempo de serviço prestado e avaliado de todos os docentes que foram sistematicamente prejudicados pelas

normas de transição entre as carreiras de 2007 e 2016, criadas pelos Governos do Partido Socialista.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) / B) Em relação aos horários e condições de trabalho, o CDS-PP, encontra-se disponível para abrir um processo negocial, com vista à uniformização do horário dos docentes dos diferentes níveis de ensino, assim como das reduções da componente letiva por antiguidade.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) / B) No âmbito do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, o CDS-PP encontra-se disponível para encetar um processo negocial com vista à uniformização dos horários e vencimentos dos docentes em serviço nas IPSS ao dos seus congéneres do ensino público.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) / B) Relativamente à Educação Especial, apostando garantidamente em políticas de prevenção em detrimento da remediação, o CDS-PP pretende que se realize um adequado levantamento dos recursos humanos e materiais necessários no âmbito da intervenção precoce e ao nível da Educação Especial e dotar estes serviços dos recursos necessários para que possam haver respostas adequadas fornecidas no âmbito da IP e Educação Especial, quer através dos Centros de Saúde, quer através das Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores. De recordar, que foi o CDS-PP quem no último ano questionou o Governo Socialista sobre o tipo de apoio que é prestado aos alunos com necessidades educativas especiais, censurando a falta de capacidade de resposta ao nível das Escolas e Centros de Saúde e a multiplicação de entidades privadas a intervir nessa área com financiamentos públicos.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) No que concerne aos Concursos de Pessoal Docente, o CDS-PP encontra-se disponível para encetar um processo negocial para alterar o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente com vista à reposição da periodicidade anual, tendo por base a estabilidade do corpo docente nas Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores e o respeito pela graduação profissional dos docentes, em linha com aquelas que foram as posições do partido na legislatura que agora termina. ●



Bloco de Esquerda – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) SIM!

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) SIM!

B) SIM!

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) SIM!

B) SIM!

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) SIM!

B) SIM!

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) SIM!

B) SIM!

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) SIM! ●



PCP – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) Os 40 anos da autonomia constitucional transformaram a face dos Açores, mas não resolveram questões sociais e económicas básicas e isso reflete-se, inevitavelmente, na educação e não me refiro aos resultados padronizados obtidos da análise de avaliações externas, como sejam os exames e outros instrumentos de cuja validade duvido, mas tenho consciência de qual é o seu objetivo.

A CDU defende, sempre defendeu, a gestão democrática da Escola. Seja qual for o próximo quadro parlamentar e o Governo que daí resultar, os deputados

eleitos pela candidatura da CDU irão tomar a iniciativa ou apoiar iniciativas que visem o aperfeiçoamento do modelo de gestão democrática da Escola Pública, designadamente a sua autonomia pedagógica, ou seja, iniciativas que visem a valorização dos Projetos Educativos de Escola e a sua autonomia.

A intrusão quotidiana por parte da administração educativa regional desvaloriza, não só o papel de cada uma das Unidades Orgânicas que desenvolvem a sua atividade educativa em contextos diferenciados, procurando uniformizar os processos de ensino e aprendizagem, que devem ser diferenciados e adaptados à realidade da população escolar, mas também a atividade docente, procurando funcionalizar a atividade docente, o que não me parece nem desejável nem pedagogicamente correto.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) A defesa da valorização da carreira docente é uma luta que a CDU trava desde sempre. O reposicionamento dos educadores e professores na carreira é, antes de mais, uma questão de justiça.

Os deputados eleitos pela candidatura da CDU tomarão a iniciativa ou apoiarão iniciativas que visem repor a justiça e a valorização da carreira docente, aliás, como temos feito em anteriores legislaturas..

B) O congelamento do tempo de serviço é das medidas mais gravosas que atingiram a administração pública e, em particular, os educadores e professores. É sabido que se não houver descongelamento e recuperação do tempo de serviço para efeito de progressão de carreira, um grupo muito alargado de docentes não atingirá, em tempo útil, o topo da carreira.

Esta é uma prioridade política, que, tal como outras, para fazer vencimento, terá de ter o apoio da luta dos educadores e professores, sob pena de, em nome de uma qualquer conjuntura, o congelamento se perpetue. Lembro que, na história do movimento sindical unitário, os docentes já conseguiram, através da sua luta, recuperar tempo de serviço que parecia estar para ficar eternamente congelado.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) / B) Foi uma proposta que apresentámos durante a legislatura que agora finda, aquando da última revisão do Estatuto da Carreira Docente e, naturalmente, esse é um compromisso que mantemos com os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico. A proposta foi feita

tendo em consideração a uniformização das reduções da componente letiva para os educadores e para os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) Trata-se de um princípio de igualdade, como tal, a resposta só poderia ser positiva, até porque as IPSS são financiadas pela Região e não faz nenhum sentido este tratamento desigual.

B) Trata-se de um princípio de igualdade, como tal, a resposta só poderia ser positiva. A nossa proposta será sempre desenhada tendo como objetivo a redução da componente letiva e não o pagamento de compensações pecuniárias, pois, assim, esta medida terá como efeito a diminuição do desemprego docente e da precariedade.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) Sem dúvida, temos vindo a fazê-lo ao longo dos anos e julgamos que o Sistema Educativo Regional necessita urgentemente que esse reforço seja concretizado. À Escola tudo se tem exigido e pouco lhe tem sido fornecido e, no caso da Intervenção Precoce, o investimento que deve ser feito vai superar os custos do insucesso e do abandono escolar. É sempre mais barato educar do que reeducar.

B) A Escola de hoje, que queremos inclusiva, não pode nem deve contar apenas com os tradicionais educadores e professores. A necessidade das Unidades Orgânicas serem dotadas de docentes especializados, mais do que quadros técnicos, pois entendemos que devem ser docentes especializados a assumirem as diferentes valências que referem na introdução a esta questão, ou seja, quem ensina deve ter como formação académica base as ciências de educação acrescida depois de formação especializada. Julgamos, contudo, que algumas necessidades só poderão ser colmatadas com quadros especializados, por conseguinte, temos maleabilidade para discutir e refletir sobre o modelo.

Quanto ao reforço, certamente que assumimos o desafio que o SPRA nos faz e comprometemo-nos a apresentar ou apoiar iniciativas que respondam a esta necessidade por demais evidente.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) Sem dúvida! Está certamente presente na memória de todos os educadores e professores a discussão da proposta de alteração ao DLR n.º 22/2012/A, de 30 de Maio, que o deputado eleito pela candida-

tura da CDU na presente legislatura levou à discussão na sessão plenária de Julho de 2016, em que, para além de outras alterações, se propunha a reposição da anualidade dos concursos. Proposta que o PS votou contra, sem que se percebesse porquê, ou melhor fez uso musculado e cego da sua maioria absoluta.

Esta proposta será retomada logo após a tomada de posse do próximo Parlamento Regional. Bom será, para que ela possa fazer vencimento, que, na próxima legislatura, não haja lugar para maiorias absolutas. ●



PPM – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) Sim! O PPM defende a manutenção do atual regime de gestão e administração escolar na Região Autónoma dos Açores (o modelo de gestão democrática). Aliás, o PPM introduziu dezenas de alterações no âmbito da última alteração ao regime de gestão e administração escolar.

No sentido de aprofundar as características democráticas do atual regime de gestão e administração escolar na Região Autónoma dos Açores, o PPM propôs a limitação de mandatos dos membros do Conselho Executivo. Pretendia-se criar condições para renovar as lideranças escolares. O PS chumbou inicialmente a iniciativa, mas aprovou depois uma iniciativa do Governo Regional de igual teor.

O PPM discorda, no entanto, da possibilidade dos Coordenadores de Núcleo da Educação Especial e dos Diretores de Turma deixarem de ser nomeados pelos Conselhos Executivos. Consideramos que os Conselhos Executivos estão mandados democraticamente para efetuarem essas escolhas e que é vantajoso que o possam fazer. A nossa prioridade é diminuir o nível de burocracia no âmbito da gestão escolar e agilizar procedimentos.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) Sim! Essa é, aliás, a posição que temos vindo a sustentar politicamente. Esta matéria fará parte das nossas exigências no âmbito da negociação de uma hipotética viabilização de um futuro Governo Regional

que não disponha do apoio político de uma maioria parlamentar absoluta.

B) Sim! É uma injustiça que pretendemos corrigir o mais depressa possível. As sucessivas maiorias absolutas do PS têm inviabilizado qualquer avanço nesta matéria.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DETRABALHO

A) Claro! A manutenção desta discriminação em relação aos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico não tem qualquer justificação pedagógica.

B) Sim! Exatamente pelo mesmo motivo descrito na resposta anterior.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) Não estamos em condições de assumir esse compromisso.

B) Não estamos em condições de assumir esse compromisso.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) Sim! Assumimos esta matéria como algo prioritário.

B) Sim! Pela razão atrás referenciada.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) Sim! O PPM defendeu sempre, ao longo da atual legislatura, a reposição da periodicidade anual para todas as fases de concurso. ●



Concursos extraordinários: SPRA esclarece e deixa alguns alertas

Na sequência de um recente ofício da Secretaria Regional de Educação e Cultura (11 de julho) e da reunião posterior, a Direção do SPRA comenta aspetos fundamentais relativos aos concursos extraordinários, para integração de pessoal contratado nos quadros das unidades orgânicas da Região.

O Sindicato aborda, também, nesta tomada de posição divulgada junto da SREC, matérias significativas do diploma dos concursos.

No início da atual legislatura, o Sindicato dos Professores da Região Acores lançou o desafio ao atual Governo de colocar no quadro, pelo menos, 300 docentes contratados, que, segundo esta estrutura sindical, satisfaziam, então, necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional. Entendeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista criar um concurso extraordinário para a realização deste objetivo, ao contrário do que preconizava o SPRA, que sempre reivindicou que a abertura das vagas necessárias deveria acontecer no âmbito do concurso ordinário, seguindo, consequentemente, a respetiva ordenação dos candidatos as mesmas regras.

Entraram 315, saíram 106...

Concluído que está este processo, o SPRA regista a entrada, nos últimos três anos, de 315 docentes contratados nos quadros do pessoal docente, que, em seu entendimento, peca por tardia, e relembra que estas entradas eram as

necessárias à data do início do concurso em apreço. Volvidos que são três anos, novas necessidades se impõem neste âmbito, com, nomeadamente, a saída de 106 docentes (2013/14 – 66; 2014/15 – 26 e 2015/16 – 14) do Sistema Educativo Regional, por se terem aposentado.

Açoreano Oriental, 14.06.16

ACORIANO ORIENTAL
TERÇA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2016

Regional 5

Sindicato alerta deputados para urgência de alterar concurso

Sindicato dos Professores da Região Acores (SPRA) vai entre-
gar aos grupos e representações
parlamentares dos Açores as mo-
ções que foram aprovadas, "por
unanimidade e aclamação", nos
nove plenários sindicais realiza-
dos em todas as ilhas, entre feve-

PAULA GONÇALVES
pgoncalves@acorianoriente.pt

O Sindicato dos Professores da
Região Acores (SPRA) vai entre-
gar aos grupos e representações
parlamentares dos Açores as mo-
ções que foram aprovadas, "por
unanimidade e aclamação", nos
nove plenários sindicais realiza-
dos em todas as ilhas, entre feve-

reiro e março, e que envolveram
cerca de dois mil docentes. As mo-
ções reivindicam a anuidade dos
concursos, uma vez que, no atual
quadro legal, a periodicidade dos
concursos é de quatro anos, e por-
tanto, não sendo alterado, o pró-
ximo concurso interno e externo
só irá ocorrer em 2020.

"Nós vamos sensibilizar os gru-
pos e representações parlamen-
tares para que seja alterado o qua-
dro legal de modo a que os
concursos interno e externo vol-
tem a ser anuais", explica o diri-
gente do SPRA, António Lucas
que espera que, com esta ação rei-
vindicativa, possa vir a ser agen-
dada para a sessão de julho a pro-
posta já apresentada pelo PCP ou



Professores pretendem que concurso de professores volte a ser anual

outra que permita repor a anui-
dade dos concursos, de modo a
que o próximo concurso se reali-
ze em janeiro de 2017.

Outras alterações ao concurso
Além da reposição da anuidade

do concurso interno e externo, o
SPRA sustenta que devem ser fei-
tas outras alterações às regras.
Uma das mudanças reivindicadas
é que deixe de ser obrigatória para
os professores contratados a apre-
sentação presencial na escola a 1

de setembro, ao contrário do que
acontece para os professores do
quadro.

O SPRA defende também que
o único critério para ordenação
dos candidatos deve ser a gra-
duação profissional. Deste
modo, sustenta que na grada-
ção dos professores deve deixar
de vigorar o favorecimento dos
candidatos que concorrem por
três em anos (em relação aos
candidatos que concorrem por
um ano) e a prioridade regional
que se traduz no favorecimento
dos professores que fizeram os
seus cursos superiores na Uni-
versidade dos Açores, explica
António Lucas.

Último concurso externo
Entretanto, decorre o último con-
curso externo para professores,
cuja lista das colocações sairá a
4 de julho. "Queria lembrar que
há um compromisso do Partido
Socialista que suporta o governo,
e que foi assumido aquando da
criação do concurso extraordiná-
rio, de colocar 300 contratados
nos quadros das escolas ao lon-
go dos três anos. Portanto, nós es-
taremos atentos, para ver se real-
mente foi cumprido esse
desiderato do PS", avisou António
Lucas. *

Existem, no âmbito do Estatuto da Carreira Docente, mecanismos de estabilização do corpo docente, por via de incentivos à fixação, que já foram aplicados no passado. Caso seja necessário, poderão voltar a ser aplicados no futuro

A opção dos concursos por três anos, criada em Decreto Regulamentar, há cerca de dezasseis anos, tinha como objetivo do Governo da época a fixação de docentes nas escolas por aquele período mínimo. Já naquela altura, o SPRA não concordou com aquela modalidade de concurso, por subverter a graduação profissional dos candidatos, no entanto, reconhece alguma pertinência no ato do legislador, uma vez que, na época, sobretudo nas ilhas mais periféricas, havia alguma dificuldade em estabilizar o corpo docente das escolas.

Evitar ultrapassagens...

Recorda o SPRA que o Presidente do PS Açores, no XVI Congresso do partido, afirmou a intenção, caso viesse a formar Governo, de acabar com a modalidade de concurso por três anos.

O Sindicato encara esta intenção de bom grado, pelos motivos já expostos, no entanto, considera que a medida deve salvaguardar o princípio da confiança jurídica, garantindo que os candidatos que ainda estão a cumprir o módulo de três anos de permanência nas escolas não venham a ser ultrapassados por candidatos menos graduados ou que nunca se candidataram, naquela modalidade de concurso, para fora das suas ilhas de residência e que com o fim desta modalidade de concurso o poderão fazer, sabendo que não ficarão mais do que um ano fora da sua ilha de residência.

Mecanismos de estabilização

Quanto ao efeito, eventualmente, negativo que o fim da modalidade de concurso por três anos possa ter na estabilidade do corpo docente, nomeadamente, no grupo ocidental do arquipélago, acreditamos que não venha a ocorrer, sobretudo, tendo em conta os desequilíbrios que se manifestam, hoje, no mercado de emprego docente, na relação entre a oferta e a procura.

De qualquer forma, existem, no âmbito do Estatuto da Carreira Docente, mecanismos de estabilização do corpo docente, por via de incentivos à fixação, que já foram aplicados no passado. Caso seja necessário, poderão voltar a ser aplicados no futuro, conclui a Direção do SPRA. ●

Sindicato dos Professores dos Açores exige concursos anuais na Região

O Sindicato dos Professores dos Açores pretende que a legislação relativa ao concurso para a colocação de docentes seja alterada.

A estrutura sindical vai reunir com todos os grupos e representações parlamentares na Assembleia Legislativa para solicitar a alteração da legislação que prevê a realização de concursos de docentes de quatro em quatro anos.

O Presidente do Sindicato dos Professores dos Açores, António Lucas, disse ontem ao DI que os docentes da Região querem a alteração da periodicidade dos concursos.

"Com a legislação em vigor, o próximo concurso de colocação de professores na Região vai ocorrer apenas em 2020", afirmou.

Devido a uma iniciativa da bancada socialista no Parlamento açoriano, nos últimos três anos, os concursos foram realizados anualmente. No entanto, a vigência do diploma terminou com o último concurso realizado para o presente ano lectivo.

António Lucas referiu que durante os encontros com os deputados regionais vão ser entregues as moções debatidas nos plenários de professores realizados em todas as ilhas em fevereiro e março.

fevereiro e março.

"Nesses plenários as moções contra o atual modelo do concurso de professores na Região foram aprovadas por unanimidade", disse.

De acordo com o sindicalista, "são quatro anos em que os docentes do quadro não se podem aproximar da sua residência e em que os docentes contratados vêm adiada a possibilidade de entrar para um quadro de escola, mantendo-se num regime de precariedade inadmissível".

Para António Lucas, os partidos representados no Parlamento açoriano devem avançar "o mais rapidamente possível" com propostas de alteração à legislação em vigor.



"Caso seja possível, a alteração deve ocorrer ainda durante a presente legislatura. Caso isso não aconteça, julgamos que é viável aprovar as alterações necessárias até janeiro para que o concurso para o próximo ano lectivo seja realizado", afirmou.

SINDICATO REÚNE COM DEPUTADOS DO PARLAMENTO AÇORIANO

Professores exigem concursos anuais

FOTOGRAFIA ANDRÉ LEMOS



PARLAMENTO AÇORIANO Sindicato dos Professores dos Açores em jornada a favor dos concursos anuais para docentes

Os professores rejeitam os concursos de docentes de quatro em quatro anos e vão sensibilizar os deputados regionais para mudarem a legislação.

O Sindicato dos Professores dos Açores pretende que a legislação relativa ao concurso para a colocação de docentes seja alterada.

A estrutura sindical vai reunir com todos os grupos e representações parlamentares na Assembleia Legislativa para solicitar a alteração da legislação que prevê a realização de concursos de docentes de quatro em quatro anos.

O presidente do Sindicato dos Professores dos Açores, António Lucas, disse ontem ao DI que os docentes da Região querem a alteração da periodicidade dos concursos.

"Com a legislação em vigor, o próximo concurso de colocação de professores na Região vai ocorrer apenas em 2020", afirmou. Devido a uma iniciativa da bancada socialista no parlamento açoriano, nos últimos três anos, os concursos foram realizados anualmente.

No entanto, a vigência do diploma terminou com o último concurso realizado para o presente ano lectivo.

António Lucas referiu que durante os encontros com os deputados regionais vão ser entregues as moções debatidas nos plenários de professores realizados em todas as ilhas em fevereiro e março.

"Nesses plenários as moções contra o atual modelo do concurso de professores na Região foram aprovadas por unanimidade", disse.

De acordo com o sindicalista, "são quatro anos em que os docentes do quadro não se podem aproximar da sua residência e em que os docentes contratados vêm adiada a possibilidade de entrar para um quadro de escola, mantendo-se num regime de precariedade inadmissível". Para António Lucas, os partidos representados no parlamento açoriano

no devem avançar "o mais rapidamente possível" com propostas de alteração à legislação em vigor.

"Caso seja possível, a alteração deve ocorrer ainda durante a presente legislatura. Caso isso não aconteça, julgamos que é viável aprovar as alterações necessárias até janeiro para que o concurso para o próximo ano lectivo seja realizado", afirmou.

No âmbito da ronda de audiências, a delegação do Sindicato dos Professores dos Açores foi recebida ontem pelas representações parlamentares do PPM e PCP e tem agendados para hoje encontros com os grupos parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e para amanhã com a representação parlamentar do BE. Recordou-se que o secretário regional da Educação e Cultura, Avelino Meneses, assegurou em abril, no parlamento açoriano, que existe abertura para efetuar a revisão da legislação sobre o concurso de pessoal docente.

Avelino Meneses adiantou, na altura, que essa possibilidade só será considerada após a avaliação da situação. ■



Criança surda

A importância da Intervenção Precoce no seu desenvolvimento

Ema Gonçalves, surda, trabalha atualmente na Escola Básica Integrada de Arrifes, exercendo funções de Assistente Técnica, nomeadamente, no acompanhamento educativo de alunos surdos na Escola de Referência de Educação Bilingue para Alunos Surdos (EREBAS).

Inicialmente, Ema foi convidada a integrar o núcleo de Intervenção Precoce (IP), tendo desenvolvido o seu trabalho com crianças surdas, com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos de idade, tendo este acompanhamento sido realizado no domicílio das crianças e das suas famílias. O seu trabalho nesta área iniciou-se em 2003, com o bebé surdo de um ano e meio de idade e, em 2009, com uma bebé surda com um ano de idade, sendo que a deslocação domiciliar teve o acompanhamento de uma educadora da área de Intervenção Precoce.

Após alguns anos sem referência de

crianças surdas pelo Serviço Regional de Saúde no âmbito da Intervenção Precoce, no corrente ano, Ema foi convidada a integrar a equipa de Centro de Saúde de Ponta Delgada, para acompanhamento de uma criança surda de dois anos e meio de idade, no seu meio escolar e mantendo a sua integração em sala de aula, contribuindo, assim, para que mesma adquirisse vocabulário e conceitos em Língua Gestual Portuguesa (LGP), juntamente com os restantes colegas.

No entender de Ema Gonçalves, é fundamental que a família de uma criança surda seja e esteja consciente da importância de oferecer a esta um ambiente favorável ao seu desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e emocional. É igualmente importante que a família tenha acesso a informação e aconselhamento especializado, que a prepare para o desafio de educar o seu filho surdo. Sabendo que, por vezes, a aceitação por parte da

família da problemática do seu filho é um processo longo, com avanços e recuos no que respeita ao entendimento da deficiência e da forma como lidar com a mesma, não deixa de ser essencial dar à criança, desde cedo, a oportunidade de contactar com a LGP, através de uma orientação pedagógica baseada no Bilinguismo, ou seja, baseada no ensino da Língua Gestual Portuguesa (LGP), segundo as capacidades e as necessidades apresentadas por cada criança.

Ema Gonçalves refere, ainda, que um diagnóstico precoce da surdez permite uma identificação e referência igualmente precoces para integração do Projeto de Intervenção Precoce, o qual inclui todas as crianças surdas com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos de idade, permitindo-lhes um desenvolvimento integral, mas também uma melhor compreensão e aceitação pela família. ●

Neste contexto, Ema considera essencial a criação de instrumentos que permitam um acompanhamento mais eficaz da criança surda, uma vez que, atualmente, apenas existem Planos Individuais de Intervenção Precoce (PIIP) dirigidos a outras problemáticas e deficiências, não abrangendo a surdez. Um plano devidamente estruturado e direcionado para a surdez é fundamental para o acompanhamento destas crianças, permitindo ao técnico que as acompanha uma melhor definição dos passos a seguir e dos objetivos a alcançar.

Na sua opinião, um PIIP estruturado para a problemática da surdez e da LGP é um instrumento igualmente importante para a organização das equipas profissionais envolvidas, sendo o mesmo adaptado ao desenvolvimento das crianças surdas e das suas famílias. ●

Açoreano Oriental
26.05.16

Educação especial nos Açores em situação “problemática”

Fenprof afirma que, na Região, não se está a promover a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais

PAULA GONÇALVES
jornalista da imprensa

O estudo nacional que a Fenprof desenvolveu sobre a educação especial em Portugal, revela que a situação da Região, ao nível da Educação Especial, “é mais problemática do que no continente”, e “há um longo caminho a percorrer para a inclusão”.

Isso porque, de acordo com a federação sindical, na Região, é “muito residual” o número de alunos com necessidades educativas especiais integrados em turmas de currículo normal; e porque, ao contrário do que acontece no resto do país, nas escolas dos Açores, além de faltarem docentes e técnicos para esta área, há um número significativo de docentes sem formação específica responsável por alunos com necessidades educativas especiais.

Nos Açores, 10,7% dos alunos têm necessidades educativas especiais, uma percentagem mais elevada do que no continente (6%), mas que deverá resultar do facto do conceito de necessidades educativas especiais, instituído pela legislação regional, ser mais abrangente (o que a Fenprof considera positivo), revelou ontem Ana Sílves, coordenadora do grupo de trabalho para a Educação Especial da federação sindical. O problema



10,7% dos alunos açorianos têm necessidades educativas especiais, revelou ontem a Fenprof

é que, nos Açores, estes alunos “estão integrados nas escolas, mas não estão incluídos nos planos das suas escolas” e são colocados “em grupos” cada um com o seu “rótulo”: uns nos currículos específicos individuais, outros nas UNIECAS, e outros ainda nos programas de currículo alternativo.

Segundo o referido estudo, nos Açores, onde 61 das 30 unidades orgânicas responderam ao questionário, 37,3% dos alunos com necessidades educativas especiais estão integrados em turmas de currículo específico individual, enquanto 12,3% estão em programas de currículo alternativo, e outros 12,2% em UNIECAS. E, como sa-

lienta Ana Sílves, coordenadora do estudo apresentado ontem, em conferência de imprensa, aqui na Região, “é fundamental” que se apliquem as unidades curriculares, unidades curriculares, unidades curriculares, unidades curriculares para o sistema. Ora, salienta a sindicalista, isso significa que “não estão em termos de regular”. E, como alerta Ana Sílves, “o desafio da escola pública é a inclusão de todos na escola, não basta passar no mesmo portão da escola, pois “a inclusão é outra coisa”, é “uma realidade” porque estes alunos estejam nos mesmos espaços,

nos mesmos contextos que os seus colegas”, insiste Ana Sílves.

A Fenprof defende que, na Região, “é fundamental” que se apliquem as unidades curriculares, unidades curriculares, unidades curriculares, unidades curriculares para o sistema. Ora, salienta a sindicalista, isso significa que “não estão em termos de regular”. E, como alerta Ana Sílves, “o desafio da escola pública é a inclusão de todos na escola, não basta passar no mesmo portão da escola, pois “a inclusão é outra coisa”, é “uma realidade” porque estes alunos estejam nos mesmos espaços,

educativas especiais estão menos de 60% do tempo nas aulas com os restantes alunos (e 52% estão mesmo menos de 40% do tempo na turma). Mas, como alerta Mário Nogueira, a medida, apesar de positiva, “é mais válida se for acompanhada de investimento por parte do Estado, de modo a dotar as escolas dos recursos necessários para a concretizar”.

Faltam docentes com especialização e técnicos

“Muitos docentes que estão a trabalhar na educação especial não têm qualquer formação especializada”, representando 30% dos docentes que estão a trabalhar na educação especial. “Um dado muito preocupante que não vemos nem no continente, nem na Madeira”, sublinhou Ana Sílves.

Por outro lado, “ainda se recorre muito à contratação”, uma vez que 27% dos docentes que estão a trabalhar na educação especial são contratados. A Fenprof defende, por isso, que é necessário abrir mais lugares de grades para estes docentes.

Assim, segundo o estudo, 50% das unidades orgânicas consideram que o número de docentes de educação especial é insuficiente, em especial do Grupo III. Os presidentes dos conselhos municipais referiram ainda que faltam técnicos (terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais) e assistentes operacionais, estes últimos frequentemente deslocados ao abrigo de programas de emprego (o que não tem estabilidade à consideração escolar). Acrescenta ainda que faltam espaços apropriados para educação especial. ●

2016/17

A Escola exige um ano de mudança

O ano letivo que agora arranca tem de ser de mudança! Esta foi uma das notas salientes da mensagem que o Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores divulgou aos professores e à opinião pública na primeira conferência de imprensa da Federação, realizada no início de setembro.

“Espera-se que seja melhor a vida nas escolas e que se resolvam muitos dos problemas sobejamente corrigidos”, realça a FENPROF, que acrescenta: “Este ano deve o ME passar dos sinais para as medidas de fundo”. Lembrando que “o fim da PACC, dos exames, das BCE, da requalificação, a moralização dos contratos de associação são sinais de mudança que resultam da luta dos professores e dos

portugueses em geral, mas é necessário dar outros passos que dêem outra consistência ao sistema educativo”, a Direção da Federação Nacional dos Professores sublinha:

“É tempo de se avançar para a gestão democrática das escolas que têm de ser geridas como espaços pedagógicos, é a revisão dos currículos retirando-os da direção do mero escrever, ler e contar...” É urgente a mudança da lógica de rede de megagrupo, “é tempo de descentralizar, mas sem municipalizar.”

Para a FENPROF, o próximo ano deve ser o ano da reposição dos direitos e das condições de trabalho dos professores. Em 5 de outubro, comemora-se o Dia Mundial dos Professores. Há 50 anos, uma conferência intergovernamental da OIT e da Unesco aprovou

uma Recomendação sobre a Situação Profissional dos Docentes, documento de grande atualidade.

Campanha pela estabilidade do corpo docente

A partir de 5 de outubro, arrancará uma grande campanha pela estabilidade do corpo docente, pelo descongelamento das carreiras, pela alteração dos horários de trabalho e por uma aposentação justa e ajustada às necessidades de renovação do corpo docente e que combata o elevado desgaste a que esta profissão está sujeita.

Espera-se, ainda, que a revisão do regime de concursos seja um momento de envolvimento dos professores na procura de soluções que vão ao encontro das correções que vêm há muitos anos exigindo. ●



Avaliação do Desempenho Docente na RAA

Avaliação do desempenho docente na RAA foi alterada a 28 de julho de 2016, com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2016/A. Este decreto regulamenta os sistemas de avaliação do desempenho do pessoal docente e dos órgãos executivos das unidades orgânicas do sistema educativo regional, estabelecidos no Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores.

O relatório de autoavaliação dos docentes em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado e dos docentes em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incide sobre as seguintes quatro dimensões:

- a) Vertente social e ética;
- b) Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- c) Participação na escola e relação com a comunidade escolar;
- d) Desenvolvimento profissional ao longo da vida, incluindo o percurso no domínio da formação contínua.

A avaliação do desempenho realiza-se uma vez em cada escalão, para os docentes em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, enquanto que para os docentes integrados no último escalão da carreira docente se realiza quadrienalmente, sendo a data limite para entrega do relatório 31 de agosto. A avaliação do pessoal docente em regime de contrato a termo certo é bienal, realizando-se no final do período de vigência do contrato relativo ao segundo ano escolar

em avaliação, ou anual, a requerimento do próprio, devendo ser entregue, em ambos os casos, até 10 de julho.

A observação de aulas é obrigatória apenas para efeitos de atribuição das menções de Muito Bom ou Excelente, ou quando haja indícios de avaliação de Regular ou Insuficiente.

Regime da avaliação do desempenho dos órgãos executivos

O processo de avaliação do desempenho dos órgãos executivos das unidades orgânicas é da iniciativa e responsabilidade do diretor regional da Educação, coincidindo o período avaliativo com o mandato para o qual foram eleitos.

A avaliação do desempenho dos órgãos executivos incide sobre dois parâmetros, as "metas" e as "competências", e realiza-se com base nas seguintes áreas:

- a) Gestão da unidade orgânica orientada para a qualidade das aprendizagens e melhoria de resultados;
- b) Capacidade de liderança;
- c) Relacionamento interpessoal e com a comunidade educativa;
- d) Organização e funcionamento pedagógicos, designadamente, nas áreas de gestão curricular, de projetos, de atividades educativas e de avaliação, orientação e apoio a alunos;
- e) Coordenação da formação e gestão dos recursos humanos;
- f) Gestão dos recursos financeiros, das instalações e dos equipamentos escolares. ●

NO ALVO

"No nosso país há ainda muito por fazer no sentido de valorizar os professores"

"(...) Em 5 de outubro, completam-se 50 anos sobre a adoção pela UNESCO e OIT de uma Recomendação relativa ao pessoal docente. Relendo-a, verificamos que no nosso país há ainda muito por fazer no sentido de valorizar os professores, tendo até havido graves retrocessos nesse domínio. O envelhecimento da profissão é um problema que deverá resolver-se com a aprovação de um regime especial de aposentação, a estabilidade do corpo docente deverá alcançar-se através da aprovação de um regime justo de ingresso nos quadros, os professores deverão voltar a progredir nas carreiras e os horários e demais condições de trabalho dos docentes deverão ser reorganizados, pois estão na origem do tremendo desgaste sentido por estes. Estas são prioridades que relançaremos nas iniciativas com que assinalaremos o Dia Mundial dos Professores.(...)" ●


Mário Nogueira em entrevista ao *JF- Jornal da FENPROF*

O País em números

"Portugal tem cerca de 100 mil professores, dos quais apenas menos de 500 têm menos de 30 anos. Este envelhecimento da população docente é a principal causa da inexistência de vagas para a colocação de jovens professores". ●

Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, à saída das reuniões realizadas no passado dia 5 de setembro, no Ministério da Educação

Propostas da FENPROF para que o Orçamento do Estado para 2017 inicie um ciclo de investimento na Educação



A FENPROF apresentou no passado mês de julho, no Ministério da Educação, no âmbito do Orçamento do Estado para 2017, um conjunto de 10 propostas para a Educação, com vista a estancar o período de corte e estagnação vivido desde há 5 anos e a avançar para um novo tempo de investimento, fundamental para o reforço da qualidade da escola pública.

A delegação sindical que reuniu com o Ministro da Educação e a sua equipa, nas instalações da “5 de Outubro”, em Lisboa, integrou Mário Nogueira, Secretário-geral da FENPROF, e os Coordenadores/Presidentes do SPGL, SPN, SPRC, SPZS, SPM e SPRA, respetivamente, José Alberto Marques, Manuela Mendonça, João Loureiro, Manuel Nobre, Francisco Oliveira e António Lucas.

O balanço dos processos negociais realizados e o seu aperfeiçoamento para o futuro, tendo em conta que se aproxima uma das mais importantes e sempre complexas negociações - a revisão do regime de concursos; a abertura do próximo ano letivo (perspetivas e preocupações para o processo de arranque) e a entrega de um Dossiê com 13 problemas que perturbam os professores e as escolas e que exi-

gem solução urgente – foram temas em destaque que o Secretário Geral da FENPROF abordou à saída da reunião, em declarações à comunicação social.

A valorização da condição docente e a introdução de mudanças significativas no sistema educativo português são as áreas que registam as 10 mencionadas propostas da FENPROF, abrangendo aspetos como:

- A aposentação,
- O descongelamento das carreiras docentes,
- A substituição do atual regime de concursos,
- A reorganização dos horários de trabalho,
- A resolução de inúmeros problemas de ordem legal,
- O início do processo de desagregação dos mega-agrupamentos,
- A aprovação de um modelo de gestão democrática das escolas,
- O desenvolvimento de um processo de adequada descentralização da Educação,
- A revisão dos currículos e da matriz curricular
- O reforço efetivo dos apoios especializados aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE).

Respostas até setembro

As 13 questões que se apresentam no Dossiê entregue no ME são de grande importância para os professores. Algumas são mais recentes, como acontece com o registo criminal (situação já resolvida) e mesmo alguns aspetos do calendário escolar, outras arrastam-se há anos, como acontece com as questões relacionadas com reposicionamentos na carreira ou participação em reuniões sindicais.

Pretende a FENPROF remover estes problemas geradores de injustiças e de mal-estar. “Admitimos que razões de ordem financeira estejam a dificultar a resolução de alguns, mas, nesses casos, estaremos disponíveis para discutir e negociar soluções que permitam resolver tais dificuldades.

O que não seria admissível era o arrastamento, ainda por mais tempo, de problemas sobre os quais há até pronunciamentos da Provedoria de Justiça e dos tribunais favoráveis às pretensões dos professores”, observa a FENPROF. Até setembro, a Federação fica a aguardar respostas do Ministério aos problemas assinalados naquele Dossiê. | JPO •

Três preocupações

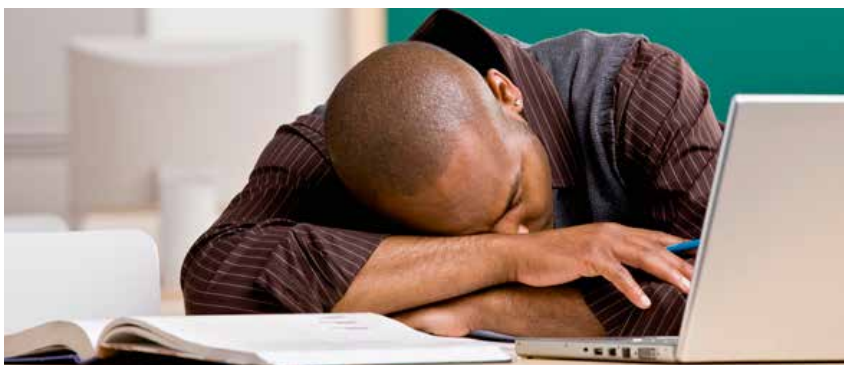
A FENPROF informou o ME sobre as expectativas com que os professores encaram o ano letivo 2016/17, não por ser o próximo, mas por ser o primeiro da inteira responsabilidade de um governo e uma equipa ministerial que têm afirmado defender a Escola Pública, num contexto de grande valorização da Educação. Assim, embora esperando que o arranque do novo ano letivo decorra no quadro de estabilidade que a equipa ministerial anterior nunca conseguiu, há três preocupações que têm surgido com maior frequência nas escolas:

1. A colocação atempada dos professores, isto é, na sua grande maioria antes de 1 de setembro;

2. O reforço dos apoios devidos aos alunos com necessidades educativas especiais que deverão permanecer 60% ou mais do tempo letivo nas turmas;

3. O financiamento adequado das escolas, sendo resolvidos alguns problemas que têm sido noticiados.

Quanto aos problemas financeiros, o Ministro garantiu na reunião de julho estarmos perante situações pontuais; sobre colocações informou estar tudo a desenvolver-se como previsto, tendo mesmo sido já antecipado o processo de lançamento das ofertas de escola; relativamente aos apoios a alunos com NEE remeteu o debate para reunião com o Secretário de Estado da Educação. ●



REVISTA DE IMPRENSA

Exaustos, desiludidos ou baralhados

Um terço dos professores sente-se assim

Inquérito a 2910 professores. 60% lamentam que os pais “não se preocupem com a educação dos seus filhos”. Desmotivação, falta de apoio familiar e desatenção são os problemas maiores que identificam nos alunos dos dias de hoje.

Um terço dos professores preferia deixar de dar aulas num futuro próximo, em vez de continuar na escola. Um pouco mais, 35%, dizem-se exaustos, desiludidos, baralhados ou (mais residualmente) desesperados ou com outros sentimentos negativos quando lhes é pedido para descreverem a sua relação com o trabalho. Quase dois terços (64%) acham que a educação piorou em Portugal nos últimos anos (17,5% acham mesmo que piorou muito). Mais de 80% entendem que a sociedade não valoriza esta profissão, que o Governo também não valoriza, que perderam tempo e condições para reflectir sobre as suas práticas, que a sua autonomia encolheu e cresceu a carga de trabalho.

Muitos (60%) sentem que os alunos estão mais desmotivados do que no passado. E lamentam que os pais “não se preocupem com a educação dos seus filhos”. Consideram que a desmotivação e a falta de apoio das famílias são os dois “principais problemas” das crianças e dos jovens com quem trabalham.

Estarem “desatentos” nas aulas é o terceiro mais mencionado.

Estes são resultados de um estudo que se baseia nas respostas de 2910 professores, de 130 escolas, públicas e privadas, de todos os níveis de ensino, excepto superior, recolhidas em Maio, Junho e Julho deste ano.

O que lhes causa mais “insatisfação no trabalho” em geral é a “falta de reconhecimento profissional” (57%). O que é mencionado como trazendo mais “dificuldades” no dia-a-dia é a indisciplina na sala de aula (52%).

O inquérito foi coordenado por Joaquim Azevedo, investigador da Universidade Católica, ex-secretário de Estado da Educação e presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel Leão, que lançou este projecto chamado As preocupações e as motivações dos professores.

“É como se um pessimismo endémico tivesse tomado conta da educação escolar”, descreve Azevedo nas conclusões do trabalho que tem ainda como autores José João Veiga e Duarte Ribeiro. E que será apresentado em Vila Nova de Gaia, nesta sexta-feira, primeiro dia que marca o período de arranque do ano lectivo para o ensino básico e secundário. | **Andreia sanches**, Público, 08/09/2016 ●



www.spra.pt



O futuro passa pelo aumento dos salários

A CGTP-IN manifestou a sua oposição a qualquer tentativa de congelamento de salários ou de carreiras profissionais dos trabalhadores da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado (SEE).



Em nota de imprensa divulgada recentemente, a Central unitária lembra que a eventual introdução de uma medida daquela natureza no Orçamento do Estado de 2017 é inaceitável, não só porque reduz o poder de compra dos salários, face à inflação, como incentiva e dá pretexto ao sector privado para seguir a estratégia de bloqueamento da negociação coletiva e de condicionamento do aumento dos salários.

“Não é admissível que políticas injustas e erradas, que foram rejeitadas pelo voto popular, num passado recente, venham a ser recuperadas para dar resposta às chantagens da UE e às pressões do grande patronato”, sublinha a Intersindical.

Onde é que se pode cortar”...

Referindo que “o aumento geral dos salários dos trabalhadores dos sectores público e privado é um elemento estruturante para uma mais justa distribuição da riqueza, a melhoria da procura interna prometida, a criação de mais e melhor emprego e o crescimento económico que se exige e o país precisa”, a CGTP-IN observa:

“Mais do que insistir na tese da redução da despesa, à custa dos rendimentos dos trabalhadores, é altura de assumir o corte com os encargos de largos milhares de milhões de euros a que o país está sujeito e de que são exemplos os encargos dos juros da dívida, as PPP, as SWAP e a entrega ao sector privado de serviços que podiam e deviam ser feitos pelos profissionais da Administração Pública e do SEE.”

E acrescenta a nota da Central sindical: “Depois da troika e do governo PSD-CDS terem vilipendiado direitos, salários e pensões, urge respeitar, valorizar e motivar os trabalhadores, que, em condições muito difíceis, nunca deixaram de prestar, com zelo e responsabilidade, os serviços públicos necessários ao bem estar da população.

“Por mais ingerências e ameaças internas e externas que venham a ter lugar, a CGTP-IN tudo fará para impedir que o desejo saudosista da política neoliberal se venha a concretizar. Para o efeito, é preciso que o Governo assuma as suas responsabilidades e não se torne cúmplice daqueles que aspiram a que o “tempo volte para trás”, conclui. | JPO ●



OPINIÃO

Compensação pela Caducidade de Contrato

Grupo parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional rejeita reposição da compensação por caducidade de contrato aos docentes contratados.

Com a aprovação da lei de orçamento da Região Açores foi introduzida uma norma penalizadora e discriminadora para os docentes relativamente ao pagamento por caducidade de contrato.

Com a norma, aprovada na Assembleia Legislativa Regional no fim do ano de 2015 pela maioria que suporta o Governo Regional, determinou que “aos docentes contratados a termo resolutivo pela Secretaria Regional da Educação e Cultura não é devida a compensação por caducidade se ocorrer a celebração de novo contrato até 31 de dezembro do ano letivo seguinte.” Ou seja, um docente cujo contrato cessou a 31 de agosto de 2016 não têm direito à compensação por caducidade de contrato se for colocado até 31 de dezembro de 2016! Somente os docentes colocados após 1 de janeiro de 2017 é que têm esse direito!

Esta norma, além de penalizar substancialmente os docentes contratados, coloca-os numa situação discriminatória em relação aos outros trabalhadores da administração pública e do setor privado. Somente os docentes não recebem a devida compensação por caducidade de contrato. Já não basta um professor manter-se por inúmeros

anos em precariedade laboral, sofrendo todos os danos inerentes a uma situação precária, ainda por cima lhe é retirado um direito a uma compensação pelo seu contrato ter caducado. E essa compensação é retirada pelo mesmo partido político que a propôs em sede de código de trabalho!

O SPRA, desde a primeira hora, manifestou-se contra a introdução desta norma, denunciando a situação e reunindo com o Representante da República para que o mesmo ficasse sensibilizado no sentido de a mesma ser travada.

Ainda neste mês de setembro o líder da representação parlamentar do PCP Açores apresentou uma proposta de Decreto Legislativo Regional visando a reposição desse legítimo direito. No entanto, essa proposta para repôr aos professores contratados a prazo o direito à compensação pelo fim do seu contrato foi rejeitado no Parlamento Regional, apenas com os votos do PS Açores.

Assim, insiste-se em manter uma dupla discriminação sobre os professores no sistema educativo regional, que são os únicos trabalhadores da Administração Pública que não têm direito, nos mesmos termos, a esta compensação e, por outro lado, em relação aos professores contratados no continente, onde esta norma foi abolida, também por proposta do PCP na Assembleia da República, no Orçamento de Estado para 2016.

Coloca-se a questão: onde fica o conceito de equidade e de justiça? | **Fernando Vicente** ●

Semana nacional de esclarecimento, reivindicação e luta

Movimento sindical unitário não cruza os braços!

Termina a 30 de setembro a “Semana Nacional de Esclarecimento, Reivindicação e Luta”, decidida pelo Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido, no passado dia 7 de setembro, em Lisboa. Dinamizar a ação e a luta reivindicativa nas empresas e locais de trabalho, defendendo e exigindo o direito de contratação coletiva, é um dos objetivos da ação, que aponta para a necessidade do aumento dos salários em pelo menos 4%, não podendo o acréscimo salarial ser inferior a 40€/mês; do aumento do Salário Mínimo Nacional para 600€, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e a sua elevação progressiva, com revisão a 1 de janeiro de cada ano, e o aumento de todas as pensões de reforma.

Reforçar a sindicalização

Intensificar a Campanha Nacional Contra a Precariedade, pelo emprego com direitos, dinamizando esta reivindicação nos locais de trabalho, com o envolvimento de todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo; lutar pelas 35 horas de trabalho semanal para os trabalhadores de todos os sectores de atividade e dar um impulso à organização sindical de base, reforçando a sindicalização e a eleição de delegados sindicais e de representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, são outros objetivos em perspetiva. | **JPO** ●



REVISTA DE IMPRENSA

“Mais de 60% dos professores universitários sofrem de *burnout*”

Mais de 60% dos professores universitários sofrem de burnout, um estado de exaustão decorrente do stress do trabalho, segundo um estudo da Universidade Portucalense que sinaliza a importância do relacionamento dos docentes com as chefias para precaver saúde mental.

Os dados do estudo, realizado no âmbito de uma tese de mestrado em Psicologia e nesta segunda-feira divulgado, indicam que 62% dos professores universitários sofrem de burnout, associado a fadiga física, e demonstram que “as universidades devem dar mais importância aos relacionamentos dos professores universitários com a liderança direta e com a gestão de recursos humanos, como fator promotor de saúde mental”.

A investigação da autora da tese de mestrado, Ana Rita Ferreira, que abrangeu professores de quatro instituições de ensino superior do Porto, revela que “quando o ambiente de trabalho é positivo, o docente encontra mais recursos sociais e psicológicos para superar os desafios profissionais”.

“Os resultados do estudo indicam que o stress inerente à função e cargos que cada docente ocupa está diretamente associado ao burnout. Por outro lado, a confiança nas chefias e o relacionamento com a gestão de recursos humanos constituem-se como fator amortecedor do burnout”, lê-se no comunicado da Universidade Portucalense.

De acordo com o estudo, os dados contrariam as ideias preconcebidas em relação ao burnout: não é a fadiga cognitiva, mas sim a fadiga física e a exaustão que são apontadas “como os principais fatores de desencadeamento deste quadro”.

“Os dados apoiam a necessidade de rever as funções que o professor deve desempenhar dentro da instituição e a devida carga horária, favorecendo o desempenho do professor e o bem-estar, sendo especialmente relevante os relacionamentos dos professores universitários com a gestão”, indica o comunicado.

O estudo – feito com base em 131 inquiridos a professores universitários, entre os 23 e os 74 anos de idade, e que lecionam, cada um, apenas numa universidade – mostra que cada docente

trabalha mais horas (16 horas) do que a carga horária recomendada, sendo obrigados a conciliar aulas com investigação, “podendo acumular funções burocráticas ou de maior responsabilidade, como é o caso de 60% dos inquiridos, ou a coordenação de um determinado curso ou departamento da universidade, como são 42% dos docentes participantes no estudo”.

O estudo revela também que “o burnout é transversal a todas as áreas científicas” e, “apesar de nenhum dos inquiridos apresentar um quadro de burnout total, verifica-se que 62% dos professores têm sintomas de burnout associado a fadiga física, 27% apresentam sintomas de burnout associado a fadiga cognitiva e 5% sintomas de burnout associado a exaustão emocional”.

“Da amostra total dos 131 inquiridos, 66% são professores auxiliares, 15% professores associados, 10% professores convidados e, com menor prevalência, 4% professores catedráticos”, e a grande maioria (83%) tem como habilitações um doutoramento. | LUSA, 05/09/2016

Daniel Rocha ●



APP SPRA Info

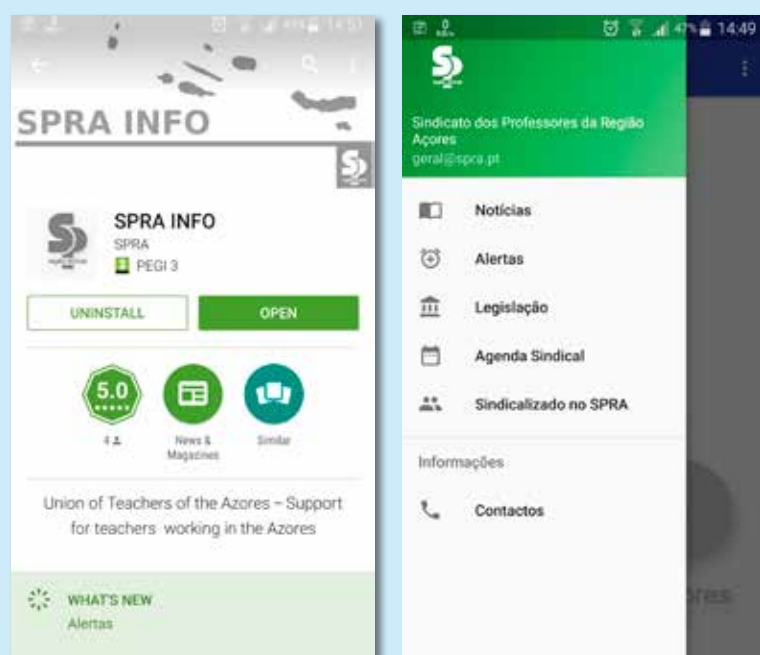
O SPRA – Sindicato dos Professores da Região Ações

– disponibiliza a aplicação SPRA INFO, de forma gratuita, a todos os docentes, para dispositivos android. SPRA INFO pode ser descarregada através da play store do Google.

O SPRA é o primeiro sindicato a oferecer uma aplicação deste género, pretendendo inovar e aproximar-se ainda mais dos docentes.

Ao instalar a aplicação, é possível levar à palma da mão de cada Professor e Educador o conhecimento necessário e atualizado, indispensável para se estar bem informado sobre a atividade sindical, legislação e notícias.

Esta aplicação integra, também, um sistema de alertas e notificações, ao nível de transmissão de informação do SPRA para os docentes. Permite, ainda, contactar o SPRA de forma rápida, utilizando o sistema de e-mail ou chamada telefónica.



Regime especial de aposentação garantiria colocação de todos os desempregados

“(…) há uma questão que, obrigatoriamente, se coloca: hoje, é consensual afirmar que o corpo docente das escolas está envelhecido e que urge rejuvenescê-lo. Fossem tomadas as medidas que permitissem a justa aposentação

dos professores com 36 ou mais anos de serviço, quantos jovens docentes permaneceriam desempregados? A criação de um regime excecional de aposentação para os professores será, pois, uma justa exigência que a FENPROF,

no ano letivo que se iniciará, colocará, de novo, ao governo, lutando, com os professores, pela sua concretização. (...)” | **Mário Nogueira** em entrevista ao *Jornal da Fenprof* ●

A escola precisa de mais autoria (e já agora, de menos ciclos de estudos)

Francisco Simões *

Os dados do estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) não são encorajadores. Num total de quarenta e dois países, os alunos em idade adolescente são dos que menos gostam de ir à escola.

O estudo denominado Health Behaviour in School-aged Children é replicado de quatro em quatro anos e tem mostrado uma tendência acentuada de recusa da experiência escolar, nos últimos vinte anos. Em 1996, os jovens portugueses eram dos que mais gostavam da escola.

Poder-se-á relativizar este resultado com outros dados sólidos provenientes da investigação. Sabe-se que há um declínio da motivação escolar na pré-adolescência e que esse declínio se vai acentuando ao longo da adolescência, no período que corresponde, grosso modo, ao terceiro ciclo do ensino básico, sendo esse ciclo negativo interrompido à entrada do ensino secundário. Também se conhecem divergências, neste particular, justificadas pelo sexo.

Os rapazes denotam, em geral, uma diminuição mais abrupta da motivação escolar quando comparativamente às raparigas. Porém, estes dados são irrelevantes, no caso do estudo mencionado, porque a comparação entre alunos portugueses e de outros países é feita dentro da mesma faixa etária.

Será fácil compilar uma lista de factores que ajudem a explicar estes resultados preocupantes e há especialistas que se apressarão fazê-lo. Entre as questões pedagógico-didáticas, relacionais ou de organização curricular haverá muito por onde escolher. Menos evidente é olhar para a estrutura do sistema de ensino e problematizá-lo como fonte de semelhante recusa da escola.

O exercício é possível e, em meu entender, pertinente. Portugal insiste numa divisão em cinco ciclos (se incluirmos o pré-escolar e devemos fazê-lo) que se encontra desfasada do desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. Nos quinze países com melhores resultados no domínio educativo, não há um único



que apresente uma tão grande segmentação dos ciclos educativos. A estrutura após o ensino pré-escolar é redundante, propondo dois ciclos de estudos cobrindo doze anos de escolaridade, normalmente divididos de forma equitativa.

Em Portugal, a insistência em quatro ciclos de estudos a partir do ensino básico cria duas dissonâncias graves. A primeira situa-se, desde logo, no primeiro ciclo. O paradigma dos primeiros quatro anos centra-se, exclusivamente, em metas e resultados, quando esse pressuposto deveria submeter-se a outro bem mais fundamental, nos anos mais precoces da escolarização: desenvolver o gosto pela aprendizagem. Determinados países compreenderam essa necessidade.

O Reino Unido tem recuperado, paulatinamente, nos rankings internacionais, depois de uma reformulação das políticas para os primeiros anos escolares. Horários escolares mais curtos, dinâmicas de sala de aula cooperativas, recurso residual ao trabalho de casa ou, quando existindo, assente em tarefas de estimulação de pensamento crítico, pausas lectivas mais curtas e insistência na leitura livre são princípios educativos simples, mas que, no seu conjunto, promover o gosto pela aprendizagem e, sobretudo, uma maior componente de aprendizagem auto-dirigida. De facto, quando somos autores de algo (ou nos julgamos como tal), o nosso esforço, persistência e interesse é infinitamente maior. Por cá, insiste-se no modelo de fábrica.

O outro precipício que a estrutura do sistema educativo cria é o terceiro ciclo.

Quando somos autores de algo (ou nos julgamos como tal), o nosso esforço, persistência e interesse é infinitamente maior. Por cá, insiste-se no modelo de fábrica.

Não é novidade para nenhum professor que um aluno aos doze, treze anos pensa, diz para si mesmo e confessa aos colegas que o terceiro ciclo “não conta para nada”. Há uma certa dose de razão nesta perspectiva.

O terceiro ciclo está desligado do ensino secundário, não se integra num projecto, numa linha que ajude o aluno a criar o seu modelo pessoal e a posicionar o peso das aprendizagens nesse caminho. Se a classificação do sétimo ano tivesse repercussões nas escolhas futuras, e nesse caso, os exames até poderiam ser convenientes, se a escola tivesse meios para apoiar essas escolhas de forma mais sustentada e se a escolaridade além de ser obrigatória, não tivesse de ser toda obrigatória, no sentido em que aos alunos era dada (muito) maior liberdade na escolha das disciplinas que pretendem aprender, então o gosto poderia surgir mais facilmente, porque a autoria seria, de novo, o dinamismo habitual, em vez da excepção. Assim, prosseguimos todos, obrigados, para o início de um novo ano lectivo. E esse não é um bom princípio. ●

* Investigador – Centro de Investigação e Intervenção Social – CIS/ISCTE-IUL

**Colóquio Internacional
em dezembro:**

Os Jovens e os consumos de Media



A relação dos jovens com os Media tem vindo nos últimos anos a sofrer profundas mutações, através dos usos das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que estão na origem de novas representações e práticas sociais e de novos estilos e modos de vida. Com efeito, as novas formas de consumo de notícias, de participação política e cívica, de relacionamento (redes sociais, aplicações para obter e gerir contactos...) e de mediação social, cultural e política têm um profundo impacto nas culturas juvenis.

A pluralidade das dinâmicas relacionadas e identitárias e as novas formas de sociabilidade induzidas pelos consumos dos diferentes dispositivos existentes (computador, smartphone, tablet ...) permitem abordar, através de uma nova perspetiva, as culturas juvenis a partir dos processos sociais e culturais que estão na base da construção social da realidade (Berger) tanto nos múltiplos contextos de inserção social dos jovens (família, escola, organizações, associações, grupos ...) como nos movimentos políticos e culturais em que se encontram envolvidos.

Nesse sentido e para discutir as dinâmicas sociais e culturais juvenis que incorporam e transformam as novas tecnologias da informação e comunicação, o Observatório da Juventude dos Açores organiza nos dias 6 e 7 do próximo mês de dezembro um Colóquio Internacional subordinado ao tema "Os jovens e os consumos de media". Os resumos das comunicações (600 a 1000 palavras) devem ser enviados via email para derrick.mendes@uac.pt. Cada resumo deverá referir o nome do(s) autor(es), a filiação institucional, o título da comunicação, os objetivos, a metodologia utilizada, os resultados em discussão e 3 a 5 referências bibliográficas. Após a notificação da aceitação da comunicação, os autores devem assumir o compromisso de inscrição e presença no



CARTOON Henrique Monteiro

colóquio. Caso os comunicantes desejem publicar os textos apresentados no colóquio, deverão entregá-los para avaliação, por pares, até ao dia 21 de novembro de 2016. No final do mês de maio de 2017, serão notificados da aceitação ou não do texto submetido para avaliação. A publicação final está prevista até ao fim do ano de 2017, revela a entidade organizadora.

O Observatório da Juventude dos Açores é um projeto desenvolvido entre o Executivo regional, através da Direção Regional da Juventude e a Universidade dos Açores | **Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc.** ●

**Serviços essenciais
do estado:**

O caminho a seguir

A CGTP-IN exige uma Escola Pública de qualidade e inclusiva, assente na promoção do sucesso escolar e educativo e no combate ao abandono escolar; a garantia da universalidade e gratuidade da Educação Pré-Escolar; a consagração de respostas sociais públicas eficazes, como transportes escolares, refeições e gratuidade dos manuais escolares. ●



Exposição

A participação do Corpo Expedicionário Português na I Grande Guerra – “The Last Goodbye”

Museu Santa Maria

Ilha: Santa Maria

Concelho: Vila do Porto

Esta exposição aborda o centenário da participação do Corpo Expedicionário Português (CEP) na frente de combate ocidental (França).

É composta por 36 fotografias gentilmente cedidas pela Liga dos Combatentes, onde pode ser vista uma cronologia dos acontecimentos que levaram à I Guerra Mundial, bem como a Declaração de Guerra do Império Alemão a Portugal, na sequência do apresamento dos navios alemães nos portos portugueses, a pedido da Grã Bretanha. A exposição inicia-se com o treino do CEP no campo de treinos de Tancos, passando pelo seu embarque em barcos ingleses em direção a França, onde irão ficar subordinados às tropas inglesas, visto o CEP não ser um Corpo de Exército. Depois podemos ver o CEP em França, durante o combate, finalizando com o desfile da Vitória, em Paris. Anexo a esta exposição, existe um quadro com aórianos que combateram no CEP. ●

Mais info: www.culturacores.azores.gov.pt/agenda/default.aspx?id=9601

TEMPORADA MÚSICA CLÁSSICA
ANGRA DO HEROÍSMO 2016

Quarteto com Piano

Violino – Elena Kharambura
Viola – Ostap Kharambura
Violoncelo – Orest Grytsyuk
Piano – Grygoryi Grytsyuk

1 de Outubro | Foyer do CCCAH | 18h00

PRÓXIMOS CONCERTOS:

- 1 Outubro: Dia Mundial da Música | 18h00
Quarteto com Piano - Foyer do CCCAH
- 5 Novembro: Serões no Teatro Angrense | 21h30
- 13 Novembro: Recital de Piano | 18h00 | Auditório do CCCAH
- 10 Dezembro: Concerto de Natal | 21h00 | Salão Nobre
- 30 Dezembro: Concerto Fim de Ano - Quarteto com Clarinete e Cordas | 18h00 | Salão Nobre da CMAH



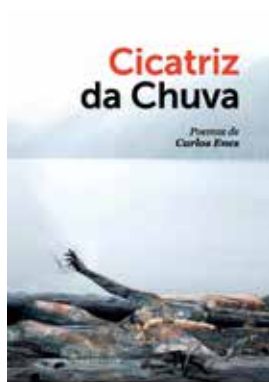
Angra-Jazz

Programa de luxo na 18ª edição.

13, 14 e 15 de outubro

Aquele que é, sem dúvida, um dos mais prestigiados festivais de jazz no nosso país, volta ao palco (e aos espaços) do Centro Cultural de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. O Angra-Jazz, já na sua 18ª edição, está a suscitar uma onda de interesse aquém e além fronteiras não só pelo seu historial como pela vincada qualidade dos músicos (e da cantora) que garantiram a sua presença no próximo mês de outubro naquela cidade açoriana. No dia 13 (quinta-feira) teremos os músicos da casa, a Orquestra Angra-Jazz e o trio do contrabaixista de Filadélfia, Christian McBride. No dia 14, atuarão o algarvio Desidério Lázaro (“Subtractive Colors”) e o quarteto do trompetista Ralph Alessi (“Baida Quartet”), de Nova Iorque. A 15 de outubro o destaque da programação vai para o quarteto de Charenée Wade (cantora, compositora e professora) e para The Cookers (foto). Os bilhetes já estão à venda na bilheteira do Centro Cultural de Angra e on line. | JPO ●

Mais info: <http://edicao2016.angrajazz.com>



Livro de poesia **Cicatriz das chuvas, de carlos enes**

Acaba de sair do prelo uma nova publicação do Instituto Açoriano de Cultura, intitulada Cicatriz das Chuvas, da autoria de Carlos Enes. Este livro de poesia, de métrica livre, contém poemas de âmbito amoroso e outros de caráter social, não faltando humor em alguns deles. Não se considerando uma obra regionalista, as expressões regionais que surgem pontualmente enquadram-se perfeitamente no texto, que apresenta metáforas imprevisíveis e imagens fortes. Com um total

de 60 páginas, esta obra conta com o apoio da Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura - e será disponibilizada gratuitamente aos sócios ativos deste Instituto e vendida ao público em geral. ●

Exposição

Yankee Baleeiros! The Shared Legacies of Luso and Yankee Whalers!



Museu do Pico – Museu da Indústria Baleeira, até 30 de outubro de 2016

O Museu do Pico, numa parceria com o Observatório do Mar dos Açores, apresenta ao público a exposição Yankee Baleeiros! The Shared Legacies of Luso and Yankee Whalers. Produzida pelo New Bedford Whaling Museum, esta exposição itinerante celebra a fascinante história da diáspora açoriana, cabo-verdiana e brasileira para os EUA, desde a imigração do início do século XVIII até à mais recente vaga de imigração do século XX. Explore como a diáspora

lusófona foi essencial para o desenvolvimento dos Estados Unidos e veja como as diferentes culturas e comunidades, que partilham línguas semelhantes, estão ligadas pelo comércio marítimo bem como por motivações idênticas, aquando da sua ida para os Estados Unidos da América. Esta exposição estará patente até dia 30 de outubro, na Galeria de Exposições Temporárias do Museu da Indústria Baleeira, em S. Roque do Pico, e poderá ser visitada de 3.ª feira a domingo, das 10h00 às 17h30 (encerrado à 2.ª feira). Esta iniciativa conta com o apoio da Secretaria Regional de Educação e Cultura / Direção Regional da Cultura. ●

Mais info: www.culturacores.azores.gov.pt/agenda

Exposição

Lugar Fictício | Terra Prometida Pintura de Eduardo Carqueijeiro



Museu de Angra do Heroísmo, até 16 de outubro de 2016

Um lugar fictício é, segundo Eduardo Carqueijeiro, autor da exposição, “um local onde tudo é relativo, até mesmo o facto de a realidade poder ser verdadeira ou ser uma realidade fictícia...” O pintor quis retratar o que nos rodeia hoje em dia e que nos transporta

para situações e modelos pré-existentes e pré-definidos. Um mundo repleto de informação e desinformação, de ilusão e realidade, de ficção e de verdade” ●

Mais info: <http://museu-angra.azores.gov.pt/exposicoes/2016/06-Lugar-Ficticio/exposicao.html>



Exposição

UM, DOIS e MUITOS - Uma Ilha em Exposição

Uma Ilha em Exposição é um mapeamento da ilha de São Miguel, segundo a localização de fenómenos, objetos, vivências e reflexões de especialistas de diversas áreas do conhecimento e outras pessoas que têm uma relação particular com o território da ilha de São Miguel, convidados pela artista a identificarem nesse território o que podem considerar Um, Dois e Muitos.

Como objetos artísticos foram desenhados três mapas: O Mapa do Um, o Mapa do Dois e o Mapa do Muitos.

No espaço expositivo, para além destes Mapas, apresentam-se também alguns dos elementos escolhidos pelos membros do grupo multidisciplinar - os detalhes significativos.

Esta exposição é, assim, uma proposta para redesenharmos e transformarmos a experiência que temos do mundo/ da ilha, através de fenómenos interessantes e exemplares, naturais ou culturais, selecionados por um grupo interdisciplinar, que nos permitirão, não apenas conhecer melhor esta ilha, mas sentir, pensar e alargar os nossos próprios conceitos e experiências de Um, Dois e Muitos. Um projeto de Marta Wengorovius, com curadoria de Sarina Basta.

Em exibição no Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado e em vários pontos da ilha de São Miguel, até 26 de novembro de 2016. ●

Mais info: <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/umdoisemuitos>



Valorizar os docentes

Melhorar a sua condição profissional



www.worldteachersday.org
#worldteachersday



Organisation
des Nations Unies
pour l'éducation,
la science et la culture



Education International
Internationale de l'Education
Internacional de la Educaci3n
Bildungsinternationale

